

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
INSTITUTO AGGEU MAGALHÃES
MESTRADO ACADÊMICO EM SAÚDE PÚBLICA

ALINE GOUVEIA DE OLIVEIRA

ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-PE

RECIFE

2018

ALINE GOUVEIA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz- PE como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria Luiza Carvalho de Lima

Coorientadora: Dra. Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima

RECIFE

2018

Catálogo na fonte: Biblioteca do Instituto Aggeu Magalhães

- O48a Oliveira, Aline Gouveia de.
Análise da implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na região metropolitana do Recife-PE/Aline Gouveia de Oliveira. — Recife: [s. n.], 2018.

95 p.: il.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Maria Luiza Carvalho de Lima; Coorientadora: Maria Luiza Lopes Timóteo de Lima

1. Criança Acolhida. 2. Adolescente. 4. Avaliação em Saúde. 5. Abrigo. I. Lima, Maria Luiza Carvalho de. II. Lima, Maria Luiza Lopes Timóteo de. III. Título.

CDU 614.2

ALINE GOUVEIA DE OLIVEIRA

**ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-PE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública do Instituto Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz-PE como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 31 / 08 / 2018

BANCA EXAMINADORA

Dra. Maria Luiza Carvalho de Lima

Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz PE

Dra. Juliana Martins Barbosa da Silva Costa

Núcleo de Ciências da Vida/UFPE

Dra. Eduarda Ângela Pessoa Cesse

Instituto Aggeu Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz PE

OLIVEIRA, Aline Gouveia. **Análise da implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na Região Metropolitana do Recife-PE.** 2018. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018.

RESUMO

O objetivo desse estudo foi avaliar a implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na Região Metropolitana do Recife (RMR)-PE, no período 2016 a 2018. Realizou-se uma análise de implantação com casos múltiplos, tendo como unidade de análise os municípios da RMR. Foram consideradas variáveis relacionadas à estrutura e ao processo dos serviços de acolhimento para a avaliação do Grau de Implantação (GI), e relacionadas ao contexto político e contingente para a análise da influência do contexto sobre o grau de implantação. A coleta dos dados foi realizada no período de 2016 a 2018, através de entrevistas com informantes-chave (coordenadores/gerentes). Para análise dos dados foram empregadas estatística descritiva e a análise de conteúdo de Bardin. O GI dos serviços foi considerado implantado em 6 municípios (Jaboatão, Cabo, Itamaracá, Ipojuca, Abreu e Lima e Recife) e parcialmente implantado em 4 municípios (Olinda, Igarassu, Paulista e Moreno). Todos os municípios foram considerados com um contexto favorável à implantação, com exceção de Itamaracá. Os fatores contextuais que influenciaram a implantação dos serviços de acolhimento de forma negativa foram: Baixo suporte dado à intervenção; Incoerência entre as ações realizadas e a falta de planejamento no Plano de Assistência Social e o Plano de Acolhimento; Baixa participação social. Os serviços de acolhimento estão implantados, apesar de ainda serem necessários ajustes nos aspectos relacionados aos recursos humanos referentes a seleção, tipo de vínculo e permanência no cargo, planejamento das ações em relação à construção dos planos de assistência social e ao financiamento, tanto referente a maior investimento quanto a acompanhamento e monitorização.

Palavras-chave: Criança Acolhida. Adolescente. Avaliação em Saúde. Abrigo

OLIVEIRA, Aline Gouveia. Analysis of the implantation of childcare services for children and adolescents in the Metropolitan Region of Recife-PE. 2018. Dissertação. (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) – Instituto de Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2018.

ABSTRACT

The objective of this study was to evaluate the implantation of childcare services for children and adolescents, in the Metropolitan Region of Recife (RMR) -PE, from 2016 to 2018. An analysis of multiple case implantation was carried out, having as unit of analysis the municipalities of RMR. Variables related to the structure and process of the host services for the evaluation of the Degree of Deployment (GI) were considered, and related to the political and contingent context for the analysis of the influence of the context on the degree of implantation. Data collection was carried out between 2016 and 2018, through interviews with key informants (coordinators / managers). Descriptive statistics and Bardin content analysis were used to analyze the data. The GI of the services was considered implanted in 6 municipalities (Jaboatão, Cabo, Itamaracá, Ipojuca, Abreu e Lima and Recife) and partially implanted in 4 municipalities (Olinda, Igarassu, Paulista and Moreno). All the municipalities were considered with a favorable context to the implantation, with the exception of Itamaracá. The contextual factors that influenced the implantation of the host services in a negative way were: Low support given to the intervention; Inconsistency between the actions undertaken and the lack of planning in the Social Assistance Plan and the Reception Plan; Low social participation. The host services are in place, although adjustments are still needed in the aspects related to the human resources referring to the selection, type of bond and permanence in the position, planning of the actions in relation to the construction of the social assistance plans and the financing, as much referring to greater monitoring and monitoring.

Keywords: Child Foster. Adolescent. Health Evaluation. Shelter

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVO GERAL	11
2.1 Objetivos específicos	11
3 MARCO TEÓRICO	12
3.1 Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e o marco legal no Brasil	12
3.2 Crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional no Brasil	17
3.3 Análise da Implantação dos Serviços	18
4 METODOLOGIA	23
4.1 Tipo do estudo	23
4.2 Local do estudo	23
4.3 População do estudo	24
4.4 Critérios de elegibilidade	25
4.5 Período do estudo	26
4.6 Instrumento e Fonte de dados	26
4.7 Análise	27
4.7.1 Indicadores de Análise	28
4.8 Aspectos éticos	33
5 RESULTADOS	34
5.1 Grau de implantação dos serviços de acolhimento na RMR-PE	34
5.2 Contexto de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes	39
5.2.1 Análise das categorias do contexto político de implantação dos serviços de acolhimento	39
5.2.1.1 <i>Investimento para a implantação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes</i>	39
5.2.1.2 <i>Conhecimento sobre as orientações técnicas para o serviço de acolhimento</i>	40
5.2.1.3 <i>Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível para as ações das instituições de acolhimento</i>	40
5.2.1.4 <i>Priorização da violência enquanto problema de saúde pública</i>	41
5.2.1.5 <i>Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições de acolhimento</i>	41
5.2.2 Análise das categorias do contexto estrutural para a implantação dos serviços de	45

acolhimento	
5.2.2.1 <i>Coerência dos planos com as ações das instituições</i>	45
5.2.2.2 <i>Formalização do setor responsável pelas instituições</i>	45
5.2.2.3 <i>Perfil dos coordenadores das instituições</i>	46
5.2.2.4 <i>Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições</i>	46
5.2.2.5 <i>Localização do setor responsável pelas instituições</i>	46
5.2.3 <i>Análise da influência do contexto sobre o grau de implantação dos serviços de acolhimento</i>	49
6 DISCUSSÃO	52
6.1 A implantação dos serviços de acolhimento e o contexto político e estrutural	52
6.2 Análise da influência do contexto sobre o grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na Região Metropolitana do Recife	61
7 CONCLUSÕES	64
8 RECOMENDAÇÕES	65
REFERÊNCIAS	67
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO CONTEXTO POLÍTICO E ESTRUTURAL	72
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	75
ANEXO A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO CRIADO PELA PESQUISADORA ACIOLI, 2015	77
ANEXO B- MODELO LÓGICO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DA CIDADE DO RECIFE, PERNAMBUCO – 2013	84
ANEXO D- CRITÉRIOS DA NORMA TÉCNICA UTILIZADA EM RELAÇÃO A AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS ABRIGOS	86
ANEXO E- CRITÉRIOS DA NORMA TÉCNICA UTILIZADA EM RELAÇÃO A AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS CASA-LAR	90
ANEXO F- COMITÊ DE ÉTICA	94
ANEXO G-CARTA DE ANUÊNCIA	95

1 INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi publicada em 2004 e em sua divisão de assistência estão inseridas as Instituições de Acolhimento para crianças e Adolescentes, consideradas como instituições de alta complexidade. Os serviços de acolhimento oferecem acolhimento, cuidado e espaço para o desenvolvimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, em situação de abandono ou quando as famílias ou responsáveis não estão em condições de realizar seu papel de cuidado e proteção. Essas instituições devem funcionar como uma moradia provisória, até o retorno à família de origem ou identificação de uma família substituta. Além disso, devem ofertar uma boa acolhida, com adequadas condições de moradia e estar próximas às comunidades de origem, para que as crianças não se afastem do seu convívio social (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2009).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) exerce um papel Fundamental de orientação ao atendimento à criança e ao adolescente para todos os níveis de assistência na rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A PNAS surgiu com o objetivo de concretizar direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social em 1993; um dos seus principais objetivos é assegurar que as ações das instituições de acolhimento tenham centralidade na família e garantam a convivência familiar e comunitária em condições satisfatórias. Além de defender a participação popular e dos conselhos tutelares no fortalecimento da rede de proteção das crianças e adolescentes (BRASIL. Constituição, 1988; BRASIL. Presidência da República, 1993; BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

O acolhimento é a última medida a ser tomada em situação de vulnerabilidade social e quebra de vínculo com a família, se tornando necessária a reconstrução desse vínculo e retorno o mais rápido possível para suas famílias. O fortalecimento dos vínculos afetivos deve ser trabalhado pelos profissionais dos serviços de acolhimento, focando nas características das relações interpessoais e afetivas como parte elementar do microsistema e para que possibilitem o desenvolvimento psicossocial de forma saudável (IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2013).

O levantamento nacional do perfil das instituições de acolhimento, realizado em 2003, mostrou que 52,6% das crianças e adolescentes no Brasil permanecem mais de 2 anos nas instituições, dificultando a reinserção familiar (IPEA, 2003).

Estudos mostram que as instituições de acolhimento enfrentam dificuldades de reinserção das crianças e adolescentes institucionalizadas em suas famílias, sejam elas de origem ou substitutas. Essas dificuldades estão ligadas à situação familiar, como a não adesão das famílias aos programas de apoio familiar, a falta de recursos financeiros das famílias e a valorização da instituição, por parte dos pais, como local ideal para seus filhos permanecerem (BRITO; ROSA; TRINDADE, 2014; IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2013; SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL'AGLIO, 2013; SOUZA; BRITO, 2015).

As dificuldades são evidenciadas também quanto à estrutura das instituições, no que se refere à organização da rede na incompreensão de alguns componentes da rede sobre a família extensa, relacionada também aos recursos humanos quando não existe uma adequada abordagem à família, dificultando a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária. Além de vínculos trabalhistas frágeis dos profissionais do Suas, baixos salários e jornadas de trabalho exaustivas, o que acaba comprometendo as atividades desenvolvidas e a saúde desses trabalhadores (BRITO; ROSA; TRINDADE, 2014; IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2013; SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL'AGLIO, 2013; SOUZA; BRITO, 2015).

Outro fator apontado pelas pesquisas está relacionado com as instituições de acolhimento, funcionando com uma capacidade instalada acima do que é preconizado pelas normas. Algumas instituições funcionam com superlotação, ou seja, com mais de 20 acolhidos, quando sua capacidade instalada é de até 20, o que acaba comprometendo o processo de trabalho, visto que as instituições possuem mais crianças do que o esperado dificultando toda a logística de funcionamento (ACIOLI, 2015; DIAS; SILVA; LEITE, 2014).

Foi observado, na revisão da literatura, que os estudos de avaliação são pouco difundidos na área de Assistência Social. O estudo de Acioli (2015) avalia as instituições de acolhimento quanto ao processo e estrutura, mas não identifica o contexto no qual as instituições estão inseridas.

A avaliação deve ser vista como uma ferramenta habitual indispensável à formulação da implementação e melhoria dos serviços. A avaliação da estrutura dos serviços de acolhimento é capaz de verificar a situação das instalações físicas dos serviços, sua capacidade instalada e a necessidade da ampliação desses serviços em relação à demanda, caso haja necessidade, ajudando na melhoria da qualidade (BROUSSELLE et al., 2011)

Para que os serviços sejam implantados de forma satisfatória é necessário que eles estejam inseridos em um contexto favorável. Dennis e Champagne (1997) desenvolveram um modelo de avaliação político e contingente, capaz de orientar a verificação do processo de implantação de uma intervenção, analisando a partir de uma perceptiva política e estrutural.

É nesse sentido que esta pesquisa pretende avançar: a partir da avaliação dos serviços de acolhimento, analisando sua implantação e identificando a influência que o contexto exerce sobre esta implantação. Ademais, a pesquisa poderá contribuir para ajustes necessários para a efetiva implantação dos serviços de acolhimento.

2 OBJETIVO GERAL

Avaliar a implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na Região Metropolitana do Recife-PE, no período 2016 a 2018.

2.1 Objetivos específicos

- a) Determinar o grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na RMR-PE;
- b) Identificar os determinantes contextuais (políticos e estruturais) na implantação dos serviços de acolhimento;
- c) Analisar a influência dos determinantes contextuais sobre o grau de implantação dos serviços de acolhimento.

3 MARCO TEÓRICO

3.1 Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e o marco legal no Brasil

A Constituição Federal de 1988 representou um grande avanço na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. Sobre a Ordem Social, descreve a Seguridade Social como direito da sociedade, constituído pelo tripé saúde, previdência e assistência social (BRASIL. Constituição, 1988).

As crianças e os adolescentes passam a ser vistos como sujeitos de direitos e o art. 227 da Constituição Federal estabelece que os direitos das crianças e adolescentes devem ser compartilhados pela família, Sociedade e Estado, “assegurando, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, convivência familiar e comunitária, moradia, apoio social [...]” (BRASIL. Constituição, 1988, p. 128).

A Convenção dos Direitos das Crianças, que ocorreu em 1989, representou um avanço, em escala internacional, dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo influenciado a elaboração do ECA, em 1990 (BRASIL. Constituição, 1988; BRASIL. Presidência da República, 1990; NAÇÕES UNIDAS, 1989).

No Estatuto, consta que o Estado deve garantir a proteção a toda pessoa em fase de desenvolvimento até os 18 anos de idade, reforçando o direito à proteção à vida e à saúde, direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes, possibilitando a proteção para situações de vulnerabilidade, tais como: negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL. Presidência da República, 1990, art. 7, 15, 19).

Assim, o ECA é considerado um avanço na assistência às crianças e adolescentes, visto que se opõe à ideia de privação de liberdade e ao afastamento de suas famílias, o que acontecia antes da sua publicação. Passa a ser o marco legal para as ações de proteção e promoção das crianças e adolescentes, que devem ocorrer de forma horizontal, articuladas e integradas nos diversos níveis de atendimento (BRASIL. Constituição, 1988; BRASIL. Presidência da República, 1990).

Os níveis de atendimento são classificados em 3 níveis de atenção que buscam prevenir e evitar que as crianças e adolescentes sejam retiradas do convívio familiar e, caso ocorra, retornem o mais rápido possível às suas famílias. A proteção social básica é o

primeiro nível de atenção: trabalha com o fortalecimento das ações preventivas e do vínculo familiar, através do Centro de Referência de Assistência Social (Cras). A proteção social de média complexidade é o segundo nível de atenção e realiza o acompanhamento especializado e a prevenção da institucionalização através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas). E a proteção especial de alta complexidade através das instituições de acolhimento e que se configura como o último nível de atenção, acolhendo crianças e adolescentes de forma personalizada, quando há quebra do vínculo familiar e trabalhando o resgate desse vínculo (BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

Para orientar a gestão e a implantação dos serviços de assistência social em seus três níveis de complexidade foi aprovada a PNAS, em 2004, e sua Norma Operacional Básica (NOB), em 2005, legalizando as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). A PNAS está baseada na Seguridade Social e, junto a ela, o caráter de Política de Proteção Social (BRASIL. Presidência da República, 1993; BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

A PNAS descreve que a proteção social garante a segurança de sobrevivência, uma assistência não contributiva que oferece um salário mínimo para deficientes, idosos e todo cidadão que não possui meios financeiros de sobrevivência, nem para si, nem para sua família. É mantida pelos Benefícios de Prestação Continuada (BPCs) (BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004). A inserção desse conceito na PNAS constitui o reconhecimento de que a pobreza e as vulnerabilidades são decorrentes do modelo econômico, social e político historicamente constituído no Brasil. Sendo assim, os sujeitos, por si sós, não são responsáveis por sua situação, devendo, portanto, receber a proteção do Estado. Essa proteção é abordada na PNAS através da segurança que o Estado deve ofertar às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como a segurança de acolhida e a segurança de vivência familiar (ALMEIDA, 2011; BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

A segurança de acolhida é a oferta pública de serviços, cuidados e ações voltadas às necessidades humanas, como alimentação, abrigo, vestuário e apoio profissional no ingresso à instituição (BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004). A segurança da vivência familiar ou segurança do convívio refere-se à reconstrução e fortalecimento dos laços familiares e comunitários que estejam com vínculos fragilizados (ALMEIDA, 2011; BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

Ao assumir o papel da família, contudo, a instituição nunca irá substituir o papel da família, uma vez que esta é uma complexa organização, em constante adaptação dos seus membros, com suas crenças, seus valores e acompanha as transformações da sociedade. O sistema familiar muda à medida que a sociedade se transforma, a fim de assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial individual e de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vão se formando. Portanto, a família é um dos principais núcleos de socialização dos indivíduos e tem um papel fundamental no desenvolvimento das crianças e adolescentes (DESSEN; BRAZ, 2005; FACO; MELCHIORI, 2007).

No caso de rompimento do vínculo familiar e comunitário devido a situação de risco causada por abandono, maus tratos, abuso sexual ou qualquer outra forma de violência, o Estado deve oferecer o atendimento às crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Essas instituições se incluem nos serviços continuados de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que tem como objetivo oferecer atendimentos socioassistenciais voltados a essa população, fazendo parte da rede de proteção integral (BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

Para fortalecer os mecanismos de proteção integral às crianças e adolescentes foi criado, em 2006, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC), que aborda a centralidade do núcleo familiar para garantir a preservação dos vínculos familiares, a importância da intervenção do Estado por meio das instituições de acolhimento nas situações de risco ou rompimento de vínculos familiares. Menciona o reordenamento dos Programas de Acolhimento Institucional, respeitando a excepcionalidade da institucionalização e a priorização do retorno familiar. Trata da adoção e traz em seu texto uma nova maneira de constituição familiar, considerando a família como “um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança, e de afinidade”, além de considerar outros vínculos de caráter simbólico e afetivo, como padrinhos, vizinhos (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006, p. 26).

Para Silva e Arpini (2013) a abordagem acima, oriunda do PNCFC, acabou impulsionando a aprovação da Lei 12.010 (BRASIL.Presidência da República, 2009), conhecida como “Lei da Adoção”, que constitui um avanço nos direitos das crianças e adolescentes, principalmente os que estão em situação de acolhimento institucional, uma vez que amplia o conceito de família, reconhecendo as relações de vínculo em forma de lei, considerando a diversidade da estrutura familiar brasileira.

A lei da adoção altera alguns artigos do ECA, reafirmando o caráter excepcional e transitório da institucionalização, não exceder o prazo máximo de dois anos acolhidos, substituição do termo “abrigo” para acolhimento institucional, sendo o abrigo uma tipificação dos serviços de acolhimento institucional (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2009).

Os avanços na aprovação da lei da adoção estão relacionados à valorização do papel da família e à afirmação do caráter provisório do acolhimento, visto que as crianças e adolescentes passam a ter um prazo máximo de permanência nas instituições, evitando longos períodos de institucionalização, uma vez que autoridades judiciais devem reavaliar a situação da criança a cada seis meses (BRASIL. Presidência da República, 2009; PIACENTINI, 2017).

Mesmo com todo o arcabouço legal garantindo os direitos socioassistenciais das crianças e adolescentes não havia parâmetros que norteassem a organização dos serviços de acolhimento. Em 2009, foram publicadas as orientações técnicas para serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, em assembleia conjunta do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Direitos Humanos (SDH). Tais orientações tiveram a finalidade de regulamentar a organização e a oferta dos serviços de acolhimento, em território nacional, no âmbito da política da assistência social (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2009).

Estes estudos mostram que as instituições de acolhimento podem ter um efeito positivo ou negativo para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, dependendo da ausência ou presença de fatores de proteção. A ausência de fatores de proteção, como a falta de estrutura adequada, de recursos humanos capacitados e de equipe multiprofissional, além da falta de integração com a rede de serviços sociais, pode ser prejudicial ao desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes (BRANDÃO; WILLAMS, 2009; MALFITANO; SILVA, 2014).

É importante destacar que, apesar de já existir uma política pública social bem estruturada, a efetivação dos serviços depende de vários fatores, entre eles o financiamento da própria política e das ações desenvolvidas. Cavalcante e Prêdes (2010) verificaram que a efetivação da política social necessita de investimentos para a sua realização, além de que as políticas sociais dependem da política econômica do país. Portanto, a falta de financiamento

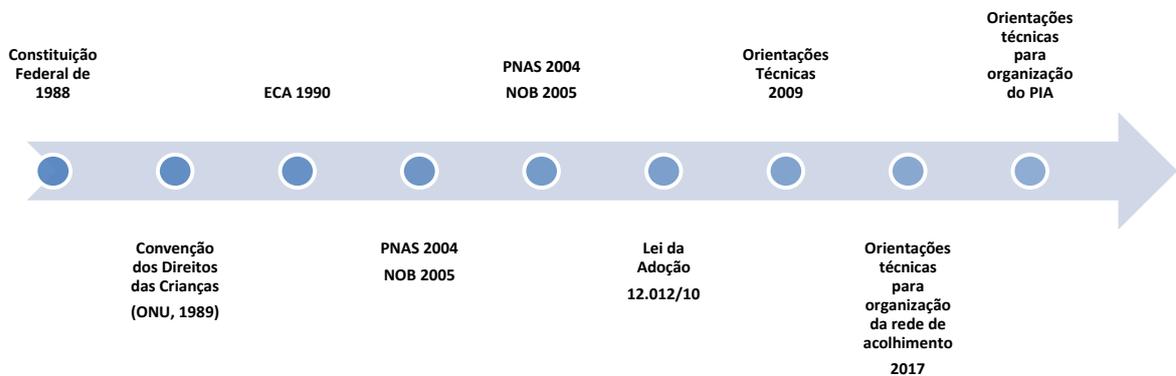
das políticas sociais pode estar interferindo na implantação dos serviços de acolhimento e na qualidade dos serviços prestados.

Na busca pela melhoria dos serviços foram publicadas, em 2017, duas orientações técnicas afim de reorganizar a rede dos serviços de acolhimento para as crianças e adolescentes, e para reorganizar os Planos Individuais de Atendimento (PIAs), em 2018 (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2017, 2018).

São notórios os avanços no âmbito da assistência social e na legislação que subsidia ações de proteção social, fornecendo ferramentas para a sua execução, mas é preciso avançar na sua implantação e na qualidade dos serviços prestados (BRANDÃO; WILLAMS, 2009; MALFITANO; SILVA, 2014).

A figura 1 expressa uma linha do tempo, com os principais marcos legais dos direitos das crianças e dos adolescentes, no Brasil.

Figura 1- Linha do tempo do marco legal dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora.

3.2 Crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional no Brasil

Estudos mostram que a violência sofrida por crianças e adolescentes no ambiente familiar (violência física, negligência e violência psicológica) pode trazer prejuízos para o seu desenvolvimento. Diante dessa situação, é necessário que haja um afastamento dessas crianças e adolescentes de seus lares. É no momento do rompimento do vínculo familiar que as instituições de acolhimento assumem o papel de cuidado e proteção, de forma provisória. Essas instituições precisam estar estruturadas para o acolhimento e o trabalho com a família, para fortalecer o vínculo das crianças com suas famílias e fazê-las retornar ao núcleo familiar o mais breve possível (DELVAN; BECKER; BRAUN, 2011; MAYA; WILLIAMS, 2005).

Quanto ao perfil das crianças e adolescentes acolhidos, estudos realizados no Brasil mostram que os principais motivos de entrada nas instituições de acolhimento para crianças e adolescentes são: vítimas de negligência, vítimas de abandono, vítimas de maus-tratos/violência doméstica (ACIOLI, 2015; COSTA, 2007; MARTINS, 2009; FERREIRA, 2014). Nas crianças, a faixa etária predominante nas instituições de acolhimento é a de 6 a 11 anos e, nos adolescentes, a maioria está entre 15 e 18 anos (ASSIS; FARIAS, 2013; ACIOLI, 2015).

Estudo de Acioli (2015), sobre avaliação, realizado nas instituições de acolhimento para adolescentes no Recife-PE, aponta que, em relação à estrutura física das instituições, apenas duas das 12 instituições avaliadas apresentavam um padrão inadequado, segundo as orientações técnicas. Apesar disso, nenhuma das 12 unidades avaliadas cumpria as normas e requisitos para crianças e adolescentes com necessidades especiais. O levantamento nacional mostrou que apenas 17,3% das instituições possuem adaptações para o acesso de crianças e adolescentes com deficiência (ASSIS; FARIAS, 2013).

Souza e Brito (2015) fizeram uma análise de estudos realizados em Aracaju e constataram falhas relacionadas ao desmembramento de grupo de irmãos, crianças do interior acolhidas na capital, ausência do trabalho com as famílias. Assis e Farias (2013) observaram que 349 instituições de acolhimento no Brasil não recebem grupos de irmãos; os principais motivos alegados foram: um dos irmãos não se enquadra na faixa etária ou sexo atendido pela instituição, não tem vaga na unidade.

Quanto à permanência das crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento alguns estudos mostram que os serviços de acolhimento ainda permanecem com crianças e adolescentes por um período maior do que o preconizado pelas normas. Esse tempo é maior nos serviços que recebem usuários com necessidades especiais, que permanecem por um

período superior a 2 anos (ACIOLI, 2015). Em outro estudo, realizado com adolescentes em acolhimento institucional, foi encontrada a mesma realidade, porém de forma mais preocupante, evidenciando que o tempo de acolhimento é maior, varia entre 3 semanas e 115 meses, com uma média de 77,52 meses (GONZALES; DELL'AGLIO, 2011).

Os profissionais das instituições de acolhimento também enfrentam dificuldades em relação às condições de trabalho e à efetivação do estabelecimento dos vínculos dos profissionais com as crianças e adolescentes, o que acaba atrasando as atividades e o retorno às suas famílias. Estudos mostram que os vínculos trabalhistas dos profissionais são frágeis, com alta rotatividade dos profissionais e um regime de trabalho com carga horária que variava de 10 horas a 40 horas semanais (ACIOLI, 2015; MOREIRA; PAIVA, 2015; FAERMANN; MELLO, 2016; SANTOS; MANFROI, 2015).

Essas dificuldades podem estar ligadas não só aos problemas enfrentados no processo de trabalho, mas também podem estar associadas ao contexto político e estrutural em que esses atores estão envolvidos. A avaliação periódica da rotina dos serviços se faz necessária, para o acompanhamento da implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. É nesse sentido que o presente estudo pretende avançar.

3.3 Análise da Implantação dos Serviços

O conceito de avaliação de Dennis et al. (2011a) é amplo, ao inserir bem-estar coletivo, pode ser aplicado em diversas áreas nos serviços de assistência social, uma vez que não são frequentes as publicações em avaliação nessa área, como foi verificada nesta revisão.

Avaliar consiste em emitir um juízo de valor sobre uma intervenção, implementando um dispositivo capaz de fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre essa intervenção ou sobre qualquer um dos seus componentes, com o objetivo de proceder de modo a que os diferentes atores envolvidos, cujos campos de julgamento são por vezes diferentes, estejam aptos a se posicionar sobre a intervenção para que possam construir individual ou coletivamente um julgamento que possa se traduzir em ações (DENNIS et al., 2011a, p. 44).

Dennis et al. (2011a) apontam dois tipos de avaliação: a normativa e a pesquisa avaliativa. A avaliação normativa acontece quando o julgamento de valor sobre a intervenção é realizado em comparação com as normas e critérios, a partir da identificação de cada um dos componentes da intervenção, como estrutura, processo e resultado. A pesquisa avaliativa é construída através de métodos científicos que analisam e compreendem as relações de causalidade, podendo ser considerada a avaliação normativa uma etapa da pesquisa avaliativa. A pesquisa avaliativa acrescenta, assim, uma dimensão analítica à avaliação, utilizada quando

a intervenção é complexa e composta de elementos sequenciais. É classificada em: análise estratégica, análise lógica, análise de produção, análise de efeitos, análise de eficiência e análise de implantação (CHAMPAGNE et al., 2011a; HARTZ, 1997).

A análise da implantação tem por objetivo estudar as relações entre uma intervenção e o seu contexto durante sua implementação. A partir do estudo dessas relações é possível delimitar melhor quais são as questões que facilitam ou dificultam a implantação de uma intervenção. A avaliação desses serviços é essencial para o monitoramento, identificação e solução dos problemas, além da reavaliação de todo o seu planejamento, quando necessário (HARTZ, 1997).

A análise da implantação é dividida em 4 tipos distintos, classificados como: Tipo 1 a, Tipo 1 b, Tipo 2 e Tipo 3. A análise de implantação tipo 1^a, também denominada análise da transformação da intervenção, é assim nomeada porque procura explicar como a intervenção acaba se adaptando ao seu contexto, ao longo do tempo. A análise tipo 2 corresponde à análise da influência da implantação sobre os efeitos observados, relacionando suas variações; esse tipo de avaliação contribui também para a interpretação dos resultados de impacto. A análise tipo 3 verifica a influência da interação entre o contexto de implantação e a intervenção sobre os efeitos observados, busca explicar o quanto variam os efeitos observados depois que uma intervenção é aplicada (BROUSSELLE et al., 2011).

A análise de implantação tipo 1b foi utilizada nessa pesquisa e tem como objetivo explicar a relação entre o planejamento da intervenção e a implementação dessa intervenção. Para realizar esse tipo de pesquisa é necessário seguir algumas etapas para sua elaboração, a partir do questionamento: qual a influência do meio de implantação sobre o grau de implementação de uma intervenção? (CHAMPAGNE et al., 2011, p. 86).

Na análise de implantação se constrói a teoria do programa com a descrição dos componentes da intervenção através do modelo lógico operacional, que representa a maneira como o programa deveria alcançar os objetivos da intervenção com os recursos e os processos implementados, para que a informação seja distribuída (CHAMPAGNE et al., 2011a).

O modelo lógico é um recurso metodológico utilizado para explicar a estrutura de uma intervenção através de um esquema visual, sendo capaz de identificar os resultados. É um instrumento muito utilizado para avaliação (CASSIOLATO; GUERESI, 2010).

O contexto pode ser definido como o conjunto de circunstâncias nas quais se produz um acontecimento, circunstâncias ou categorias que fazem parte do contexto político e estrutural no qual a intervenção ocorre, compondo um contexto social complexo, definindo assim a maneira como a intervenção se manifesta, resiste ou é modificada. As intervenções

são influenciadas por indivíduos, organizações, relações interpessoais, elementos infraestruturais e de política, e que, juntos, formam sistemas sociais (POLAND; FROHLICH; CARGO, 2009).

Denis e Champagne (1997) verificaram o quanto as variáveis explicativas da implantação de uma intervenção, para os teóricos da organização, estão distantes de um consenso. Para realizar a análise do contexto os estudos têm se baseado, dentre vários modelos abordados na literatura, em modelos conceituais, citados por Denis e Champagne (1997) como os modelos políticos e contingentes que se baseiam nos modelos estrutural e político.

No modelo estrutural observam-se algumas características referentes aos atributos organizacionais, como: tamanho - quanto maior a organização, mais formalizada é, e com um maior nível hierárquico; centralização - seu grau define a participação dos líderes nas tomadas de decisões; formalização - relacionada à definição de regras e procedimentos, ou seja, quanto mais formal a organização, menos flexível e mais burocrática; especialização - o trabalho é dividido em tarefas mais ou menos especializadas, de acordo com o nível de especialização (DENIS; CHAMPAGNE, 1997).

A implantação depende de atributos referentes à gestão, como a tendência de centralização, que geralmente apresenta uma postura de autoritarismo, inibindo a participação dos outros membros da equipe na tomada de decisão. A atenção prestada à inovação e à orientação está relacionada à cultura organizacional, ou seja, aos valores e padrões de crenças e comportamentos aceitos e praticados pelos membros de uma organização, podendo ser conservadora ou inovadora. Além das características do ambiente, como incerteza ou instabilidade, grau de competição, facilidade organizacional, e grau de urbanização (DENIS; CHAMPAGNE, 1997).

O modelo estrutural tem a vantagem de ser essencialmente analítico e se distancia de uma abordagem mais normativa, porém os resultados desses estudos são mais instáveis, o que acaba dificultando o julgamento das relações entre as características estruturais e a implantação da intervenção (DENIS; CHAMPAGNE, 1997).

No modelo político, é considerado principalmente o jogo de poder na organização e o resultado depende de uma negociação entre os atores envolvidos que sofrerão pressões internas e externas. Para que um contexto seja favorável à implantação de uma intervenção, ele dependerá dos seguintes fatores políticos: um suporte importante dado à intervenção pelos agentes de implantação; exercício de um controle suficiente na organização para estar apto a operacionalizar e tornar eficaz a intervenção; uma forte coerência entre os motivos

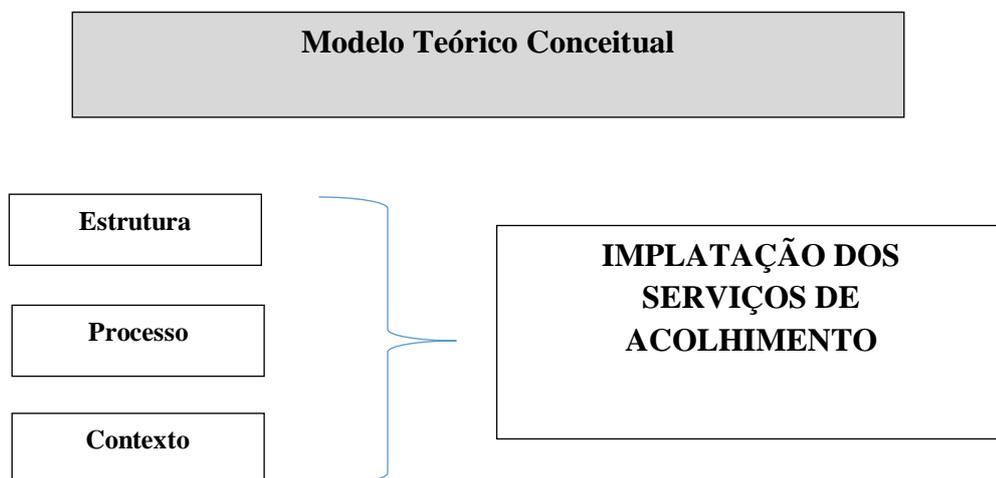
subjacentes e o suporte que eles dão à intervenção e aos objetivos que estão associados. Assim, as dificuldades inerentes à implantação estão ligados aos interesses particulares dos atores que participam da organização (DENIS; CHAMPAGNE, 1997).

Após análise desses modelos, Denis e Champagne (1997) formularam o modelo político e contingente baseado no modelo político e estrutural. Esse novo modelo considera que a organização “é uma arena política no interior na qual os atores perseguem estratégias diferentes, mas objetivos particulares são associados à intervenção que procuramos implantar.” Assim, o processo de implantação de uma intervenção deve ser embasado em uma perspectiva política, mesmo sofrendo influências de características estruturais de uma organização, que podem estar de acordo ou não na atualização das estratégias dos atores.

Em síntese, o modelo do contexto político-estrutural tem por objetivo definir os determinantes contextuais do grau de implantação das intervenções ou da sua eficácia, realizando assim a sua avaliação. A análise de implantação está estruturada na avaliação do grau de implantação e na influência que o contexto exerce.

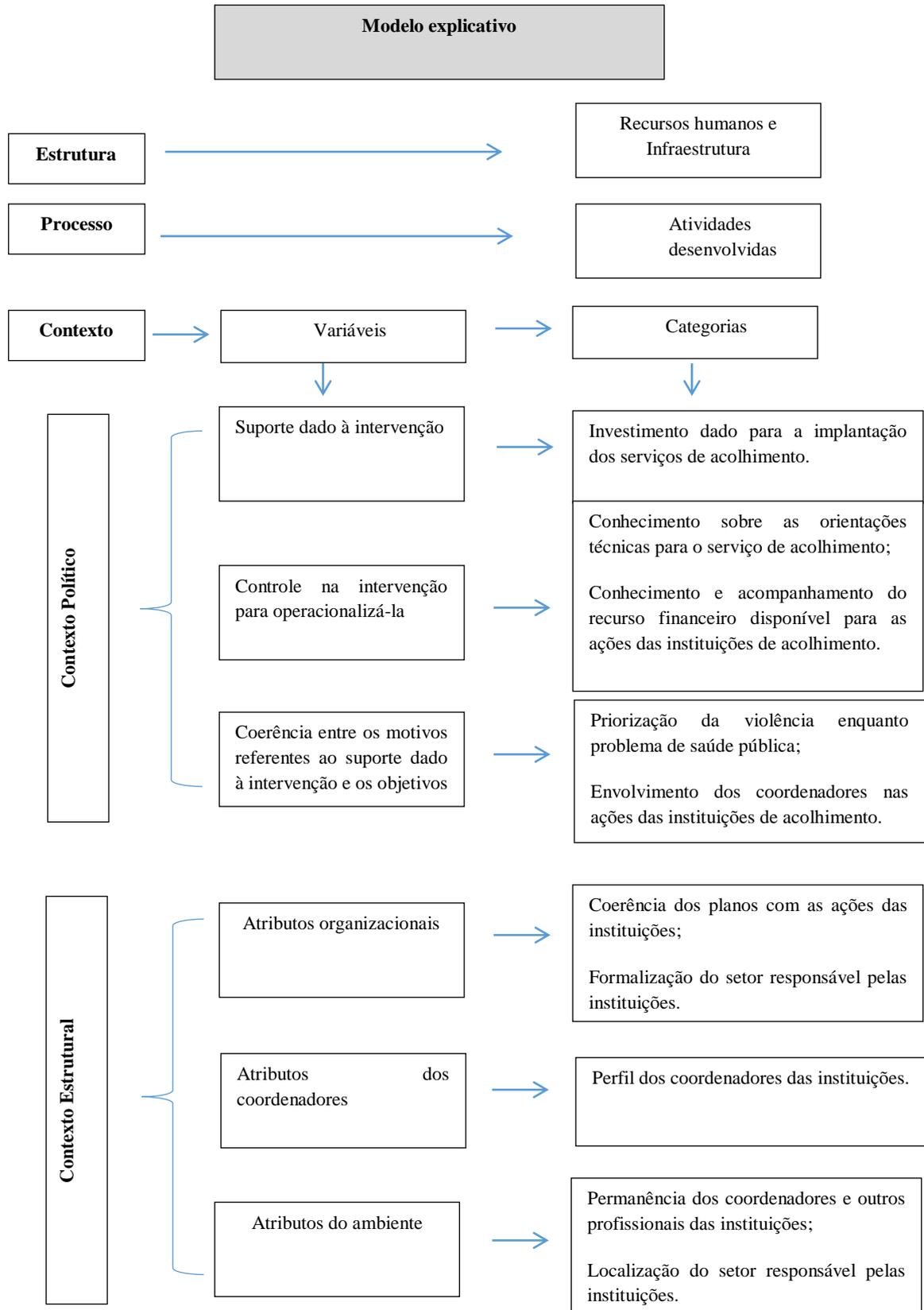
Abaixo, nas figuras 2 e 3 estão as ilustrações do modelo teórico e do modelo explicativo da pesquisa.

Figura 2- Modelo Teórico Conceitual



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 3. Modelo Explicativo da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo do estudo

Foi realizada uma pesquisa avaliativa, do tipo análise de implantação tipo 1 b, que consiste em estudar as relações entre o grau de implantação e contexto. O objetivo foi verificar como a relação entre uma intervenção e um contexto específico provocam mudanças, comparando a intervenção planejada com a implementada (BROUSSELLE et al., 2011).

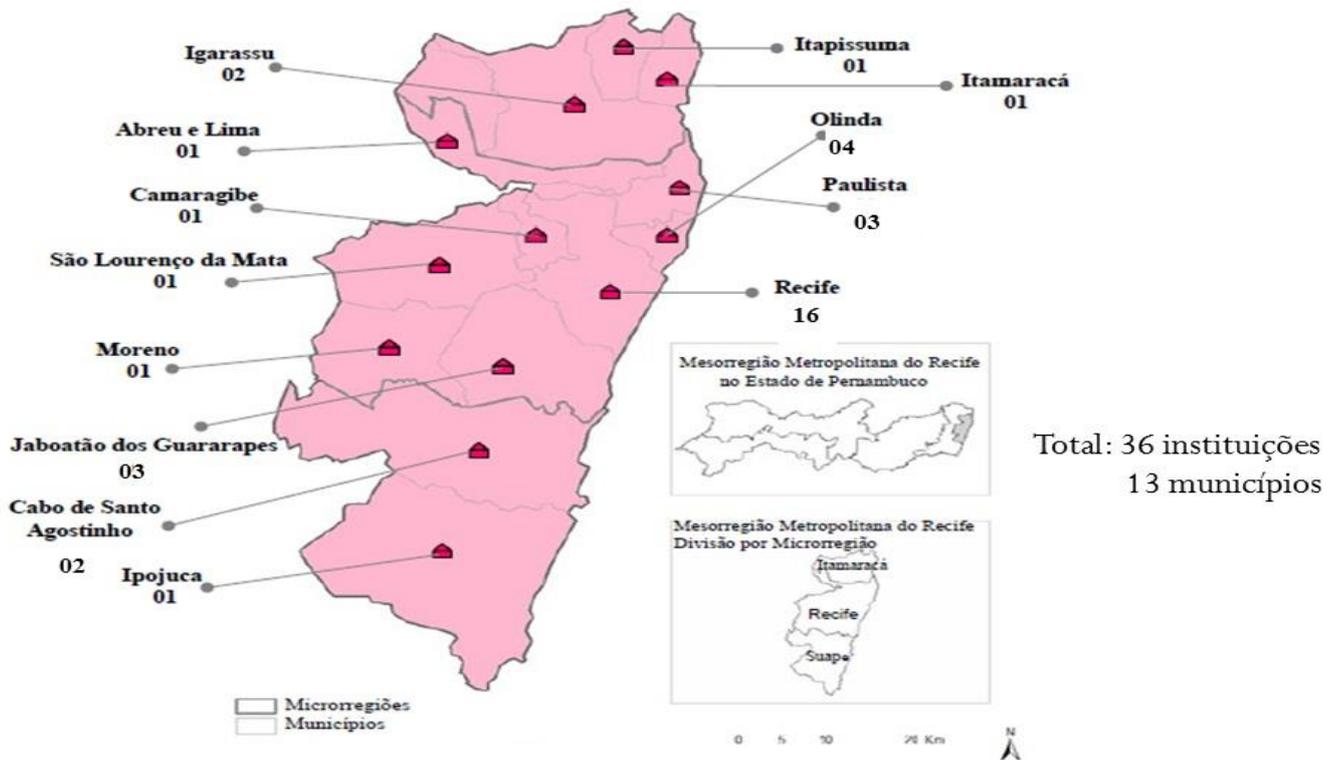
Neste estudo foi utilizada a análise de casos múltiplos, tendo como unidade de análise os municípios da RMR que possuem instituições de acolhimentos para crianças e adolescentes. Esse estudo é considerado mais convincente e, conseqüentemente, mais robusto, porque permite a comparação dos casos (YIN, 2006).

4.2 Local do estudo

O estudo foi realizado nas instituições de acolhimento localizadas na RMR do Recife, que concentra 25% das instituições de acolhimento de Pernambuco. Composta por 13 municípios: Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, Igarassu, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife, São Lourenço da Mata. ARMR concentra 42,0% da população em 2,81% do território estadual, segundo a Coordenadoria da Infância e Juventude/Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Região com alta densidade populacional e, conseqüentemente, altos índices de violência (IBGE, 2010). Na figura 4 está a distribuição das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da RMR-PE, em 2016.

Figura 4 - Mapa da distribuição das instituições de acolhimento para crianças e adolescentes da Região Metropolitana do Recife-PE, em 2016.

Instituições de acolhimento da RMR



Fonte: Pernambuco (2016).

4.3 População do estudo

A RMR possui 36 instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, distribuída, segundo a condição de gestão, em: 19 ONGs, 15 prefeituras e 3 pelo governo do estado, em 13 municípios (TABELA 1).

Tabela 1 - Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes na RMR distribuídas por municípios e gestões, 2016.

Municípios	ONG	Prefeitura	Governo do Estado	Total
Recife	9	4	3	16
Olinda	2	2	0	4
Jaboatão dos Guararapes	2	1	0	3
Cabo de Santo Agostinho	0	2	0	2
Igarassu	2	0	0	2
Itamaracá	2	0	0	2
São Lourenço da Mata	0	1	0	1
Ipojuca	0	1	0	1
Camaragibe	1	0	0	1
Itapissuma	0	1	0	1
Abreu e Lima	0	1	0	1
Paulista	1	2	0	3
Moreno	1	0	0	1
Total	21	15	3	37

Fonte: Pernambuco (2016).

Dentre as 36 instituições, foram incluídas 35, distribuídas em 11 municípios da RMR. Dois municípios da RMR não participaram, Itapissuma não possuía criança e adolescente abrigados e Camaragibe negou-se a participar. O município de São Lourenço da Mata participou apenas da primeira etapa, pois no momento da coleta de dados para a segunda etapa enfrentava mudanças na gestão que impossibilitaram a participação.

A modalidade de família acolhedora e república não foi encontrada nesse estudo, por não existir nesses municípios. Constitui outra forma de acolhimento descrita nas orientações técnicas para os serviços de acolhimento; a pesquisa foi realizada nos abrigos institucionais e nas casas-lares.

4.4 Critérios de elegibilidade

Foram incluídas no estudo todas as instituições da RMR do Recife nos anos do estudo, que oferecem o serviço de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Foram excluídos do estudo os serviços de acolhimento que não estiverem em funcionamento, ou sem acolhidos no momento da coleta de dados.

4.5 Período do estudo

O estudo foi desenvolvido com dados referentes ao período compreendido entre 2016 e 2018.

4.6 Instrumento e Fonte de dados

Foi realizado um primeiro contato para apresentação do projeto e agendamento da entrevista, realizado na própria instituição, em local reservado, e, posteriormente, realizada uma visita aos cômodos da instituição, para coleta dos dados referentes aos parâmetros da avaliação da estrutura.

Os informantes-chave foram os coordenadores responsáveis pelas instituições, na coleta do grau de implantação, e os gerentes de alta complexidade dos municípios, na coleta para apreensão do contexto, considerando que possuem o conhecimento do funcionamento e do processo de gerenciamento dessas instituições.

Os dados referentes à avaliação do grau de implantação (estrutura e processo) dos serviços de acolhimento foram coletados em todas as instituições da RMR, através de um questionário estruturado fechado aplicado aos coordenadores de cada instituição, totalizando 35 entrevistas (ANEXO A). O instrumento inclui três componentes, dois referentes à estrutura (recursos humanos e infraestrutura) e um referente ao processo (atividades desenvolvidas). Todos os componentes estão divididos em indicadores e sua respectiva categorização.

A coleta de dados para a análise do contexto foi realizada em um segundo momento, através de entrevista semiestruturada com os gerentes de proteção especial de alta complexidade das unidades de acolhimento de cada município, totalizando 10 entrevistas. A entrevista semiestruturada foi gravada, realizada em um local reservado, para preservação do anonimato através de um roteiro de entrevista construído pelos autores (APÊNDICE A).

O instrumento é composto por 20 questões norteadoras, baseadas na matriz de análise de contexto político e estrutural. Os instrumentos para coleta de dados foram baseados nas orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (ANEXOS D e E).

4.7 Análise

O banco de dados para a análise do Grau de Implantação foi digitado no Programa Epi Info 3.5.3 e calculada a porcentagem de cada variável.

O processo avaliativo do Grau de implantação (GI) foi realizado através da observação do modelo lógico de funcionamento do serviço e a aplicação da matriz de indicadores elaborada por Acioli (2015) para a avaliação da estrutura e do processo, comparando o que foi coletado na pesquisa com o esperado.

O GI referente à estrutura e ao processo foi obtido pelo cálculo do escore do GI dos serviços de acolhimento, através da soma dos valores de cada variável, dividida pelo número total de variáveis e multiplicada por 100, ilustrado na fórmula abaixo.

$$GI = \frac{\sum \text{Variáveis}}{\text{N}^\circ \text{ de variáveis}} \times 100$$

Após o cálculo dos percentuais, foi adotada a seguinte classificação: <59 % não implantado, 60-89% parcialmente implantado, 90-100% implantado (QUININO; BARBOSA; SAMICO, 2010).

O GI foi analisado quanto à estrutura (recursos humanos e infraestrutura) e ao processo (atividades desenvolvidas), de forma separada, uma vez que as fragilidades são evidenciadas a partir de cada categoria temática.

A análise do contexto foi realizada através da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). A análise de conteúdo se propõe identificar os núcleos de sentido presentes na comunicação e classificá-los em categorias temáticas. Os núcleos são definidos a partir da leitura da entrevista, observando sua repetição para analisar a frequência (BARDIN, 2011).

As entrevistas foram analisadas através da leitura dos textos, simultaneamente à escuta dos áudios, para eliminar as possíveis falhas de transcrição. Após a transcrição das entrevistas, foi realizada a análise do conteúdo, com identificação dos núcleos de sentido e, por conseguinte, a classificação em categorias temáticas. A classificação das categorias temáticas foi construída com base nos parâmetros contidos nos quadros 3 e 4.

O modelo adotado para o estabelecimento das categorias temáticas e julgamento de contexto organizacional de implantação foi o de Denis e Champagne (1997), com a utilização das variáveis do modelo político e contingente de análise da implantação das intervenções.

O contexto político e organizacional foi classificado em favorável (+, positivo) ou desfavorável (-, negativo), a partir da análise individual de cada categoria temática, com base nos parâmetros de análise presentes nos quadros 3 e 4.

O resultado da classificação foi considerado favorável quando o número de positivos foi maior do que o de negativos e assim sucessivamente, além de considerar a importância de cada categoria. No caso de empate, foi julgado de acordo com a importância para a implementação das normas.

Após a obtenção da classificação final, foi analisada a influência do contexto sobre o GI, através da comparação entre a classificação do GI e das evidências favoráveis ou não ao contexto político e estrutural. Dessa forma, foi analisada a relação do GI das instituições de um município com o contexto político e estrutural do mesmo, para posterior análise de sua influência sobre o GI. A figura 5 reproduz o fluxo das etapas da pesquisa.

4.7.1 Indicadores de Análise

Para análise do GI foi utilizada a matriz de indicadores proposta por Acioli (2015). O modelo lógico elaborado por Acioli (2015) (ANEXO B) foi construído a partir das seguintes referências: a) Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. b) Política Nacional de Assistência Social. Estatuto da Criança e Adolescente. c) Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. d) Norma Operacional Básica do Suas. e) Projeto de Diretrizes das Nações Unidas e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças.

Composto por quatro componentes principais: Gestão do Trabalho, Articulação Intersetorial, Garantia e Preservação dos Direitos da Criança ou Adolescente acolhido e Manutenção e Valorização da Infraestrutura Física e Recursos Humanos. Os componentes apresentam recursos, atividades e possíveis resultados intermediários e finais.

A matriz de indicadores construída por Acioli (2015) é composta por variáveis relacionadas ao processo de trabalho, subdivididas em recursos humanos e infraestrutura e a variável das atividades desenvolvidas que são analisadas a partir de indicadores com o mesmo peso e categorizadas em presentes (sim) e ausentes (não).

Para a análise de contexto foi construída a matriz a partir de três questões norteadoras, duas referentes ao contexto político, como: Em que as estratégias dos atores é contrária ou favorece a implantação da intervenção? Os atores que controlam as bases de poder na organização são favoráveis à implantação da intervenção? Uma questão referente ao contexto estrutural, como: as características dos coordenadores, do ambiente e da organização, favorecem na implantação da intervenção?

A partir das questões norteadoras foram construídas variáveis, subdivididas em categorias. O contexto político foi analisado a partir das variáveis do Suporte dado à intervenção, com a categoria “Investimento para a implantação dos serviços de acolhimento”, controle na intervenção para operacionalizá-la, com as categorias “Conhecimento sobre as orientações técnicas para o serviço de acolhimento e Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível para as ações das instituições de acolhimento”, coerência entre os motivos referentes ao suporte e os objetivos associados com as categorias “Priorização da violência enquanto problema de saúde pública e Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições de acolhimento”. O contexto estrutural foi analisado a partir das variáveis dos atributos organizacionais, através das categorias “Coerência dos planos com as ações das instituições e Formalização do setor responsável pelas instituições”, os atributos dos coordenadores com a categoria “Perfil dos coordenadores das instituições”, e os atributos do ambiente com as categorias “Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições e Localização do setor responsável pelas instituições”.

Abaixo, estão a matriz de análise do contexto político de implantação segundo as orientações técnicas para os serviços de acolhimento que foram utilizadas para análise do contexto político e estrutural identificados.

Quadro 1– Matriz de análise do contexto político de implantação segundo as orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Variáveis relacionadas ao contexto político				
Questão norteadora	Variável	Categoria	Fonte de verificação	Parâmetro (contexto favorável)
Em que as estratégias dos atores é contrária ou favorecem a implantação da intervenção?	Suporte dado à intervenção	Investimentos para a implantação dos serviços de acolhimento	Entrevista com os coordenadores das instituições	Houve investimento em recursos humanos dos municípios, Estado, e ONG para as instituições de acolhimento de maneira a viabilizar sua implantação.
				O investimento em recursos humanos se refere ao aumento (contratação ou designação de um profissional responsável pelas instituições de acolhimento) à qualificação (oferecimento de recursos de qualificação). Tipo de vínculo?
				O investimento financeiro aplicado em recursos humanos se refere a realização no investimento próprio de outras instituições ou doações.
	Controle na intervenção para operacionalizá-la	Conhecimento sobre as orientações técnicas para o serviço de acolhimento	Entrevista com os coordenadores das instituições	Coordenadores conhecem as orientações técnicas para os serviços de acolhimento, seu objetivo, foco e fluxo: os principais documento que auxiliam e norteiam a sua implantação e as principais estratégias necessárias para essa implantação.
				Os principais documentos são: PNAS, ECA, PNPCT, NOAS/NOB- Suas, NOB RH, 2006.
				As principais estratégias são: sensibilização e formação, disponibilização de materiais para consulta e retorno aos profissionais quanto as ações executadas.
	Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível para as ações das instituições de acolhimento.	Entrevista com os coordenadores das instituições	Os coordenadores das instituições de acolhimento sabem o valor do recurso financeiro disponível para o desenvolvimento das ações e acompanha os gastos desses recursos a nível de município, Estado e ONG.	
Os atores que controlam as bases de poder na organização são favoráveis à implantação da intervenção?	Coerência entre o os motivos referentes ao suporte dado à intervenção e os objetivos associados	Priorização da violência enquanto problema de saúde pública	Entrevista com os coordenadores das instituições	Coordenadores conhecem a situação epidemiológica da violência em crianças e adolescentes do município (mencionam dados epidemiológicos), consideram um problema de saúde pública e uma prioridade.
		Envolvimento dos coordenadores nas ações de acolhimento	Entrevista com os coordenadores das instituições	As ações e metas relacionadas as orientações técnicas para os serviços são contempladas nos Planos municipais de saúde e assistência social e são conhecidas pelos coordenadores das instituições. Coordenadores discutem sobre as normas entre si e consideram sua implantação importante para a reinserção das crianças e adolescentes a sua família.

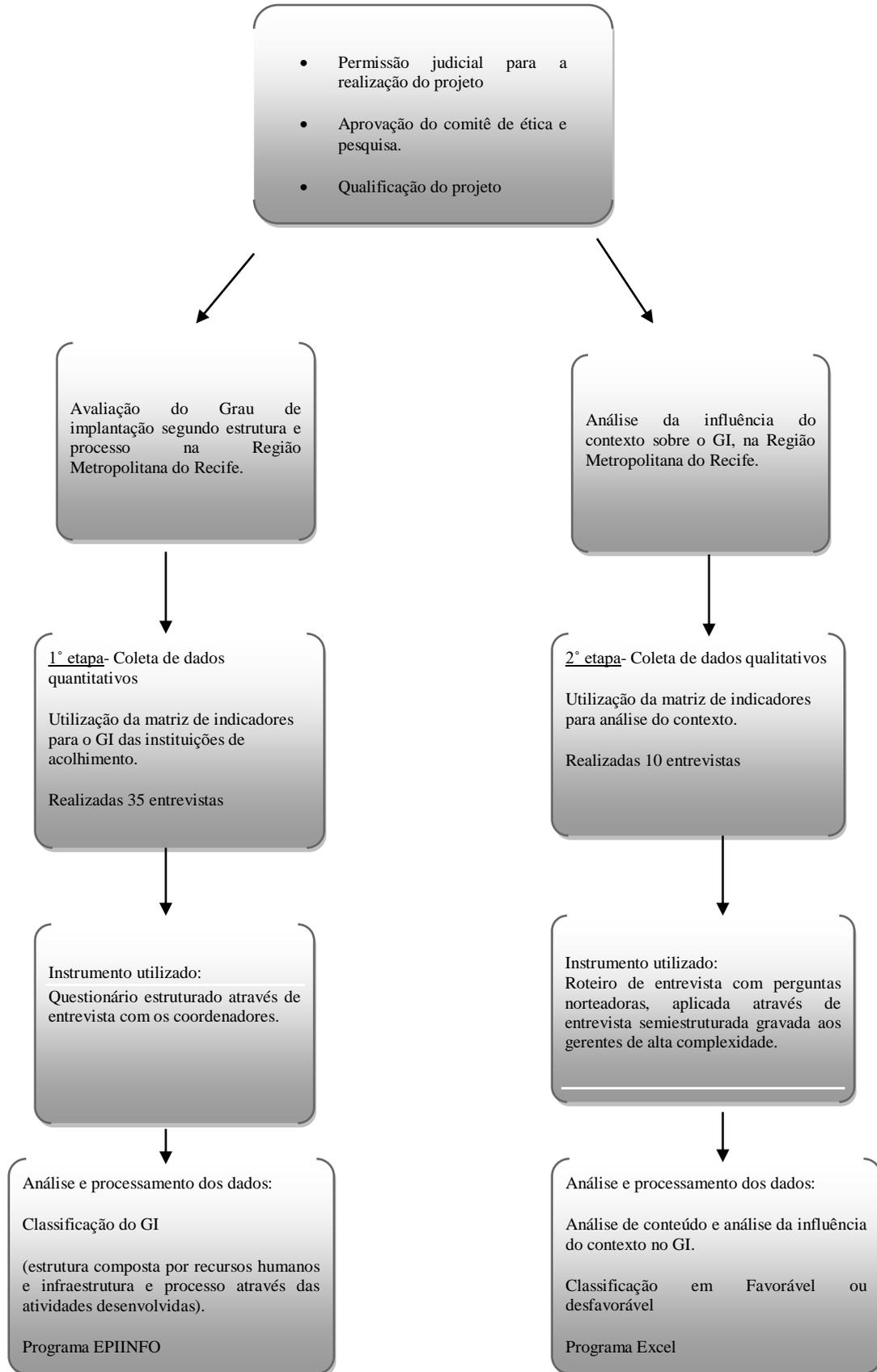
Fonte: Adaptado de Abath (2014).

Quadro 2– Matriz de análise do contexto estrutural de implantação segundo as orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes.

Variáveis relacionadas ao contexto estrutural					
Questão norteadora	Variável	Categoria	Fonte de verificação	Parâmetro (contexto favorável)	
As características dos coordenadores do ambiente e da organização favorecem a implantação da intervenção?	Atributos organizacionais	Coerência dos planos com as ações das instituições de acolhimento	Consulta a documentos PMAS e as orientações técnicas para os serviços	Os planos municipais de assistência social contemplam a violência contra crianças e adolescentes e as ações e metas são coerentes com o que é preconizado para a implementação dessa intervenção.	
		Formalização do setor responsável pelas instituições de acolhimento	Entrevista com os coordenadores das instituições	Existe um setor específico para coordenar as instituições de acolhimento no organograma do núcleo de coordenação da SDS e direitos humanos/assistência social.	
	Atributos dos coordenadores	Perfil dos coordenadores das instituições de acolhimento	Entrevista com os coordenadores das instituições	Coordenadores possuem formação de nível superior e experiência em função congênera. Os coordenadores se relacionam bem com os outros profissionais, seus subordinados, seus superiores e parceiros de outras políticas e envolvem esses parceiros nas ações das instituições de acolhimento.	
	Atributos do ambiente		Permanência dos coordenadores das instituições	Entrevista com os coordenadores das instituições	Não há troca frequente dos coordenadores das instituições de acolhimento, dos profissionais e do coordenador de cada instituição.
			Localização do setor responsável pelas instituições de acolhimento e condição de trabalho	Entrevista com os coordenadores das instituições	As condições do ambiente de trabalho dos coordenadores e equipe técnica da instituição favorecem o bom desempenho de suas atividades. A sala é climatizada e iluminada, os móveis são em quantidade suficiente e conservados, os equipamentos estão bem conservados e funcionando. As condições do ambiente de trabalho favorecem o bom desempenho do trabalho.

Fonte: Adaptado de Abath (2014).

Figura 5 - Fluxograma da Pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

4.8 Aspectos éticos

Foram obedecidos os princípios de Bioética registrados na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos, e respeitados os quatro referenciais básicos da Bioética: autonomia, não-maleficência, beneficência e justiça (BRASIL. Resolução, 2012). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Aggeu Magalhães, sob o protocolo nº 1.734.253.

O projeto foi apresentado a cada comarca judicial responsável pelas instituições de acolhimento dos municípios da Região Metropolitana do Recife. Foi solicitada também a autorização dos gestores das instituições de acolhimento. Ressalta-se a ausência de conflitos de interesse.

As entrevistas foram realizadas mediante a leitura e a assinatura do TCLE (APÊNDICE B), sendo agendadas de forma a não atrapalhar a rotina de trabalho dos profissionais. Com a finalização da pesquisa serão disponibilizados os resultados ao Poder Judicial de Pernambuco, às Secretarias da Criança e da Juventude e ao Instituto de Assistência Social e Cidadania, a fim de ajudar no planejamento e na organização das políticas públicas.

5 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em três partes, de acordo com os objetivos do estudo. A primeira parte está relacionada ao grau de implantação dos serviços de acolhimento; a segunda à análise do contexto; e a terceira à avaliação da influência que o contexto exerce sobre o grau de implantação dos serviços de acolhimento.

5.1 Grau de implantação dos serviços de acolhimento na RMR-PE

Os resultados relacionados ao município do Recife-PE foram descritos de forma separada dos outros municípios que compõem a RMR, uma vez que o Recife possui quase a mesma quantidade de instituições da RMR.

Um dos municípios da RMR negou-se a participar da pesquisa e uma instituição estava sem nenhum acolhido no momento da coleta. Assim, nessa etapa participaram 35 instituições de acolhimento em 10 municípios da RMR, distribuídos em 4 casas-lares, 14 abrigos e 1 casa de passagem; no Recife, participaram 16 instituições; dessas, 13 são abrigos e 3 casas-lares. Sob gestão da Prefeitura existem 4, do Estado 3 e de ONGs 9. A modalidade de família acolhedora e república não foi encontrada neste estudo.

Em relação ao perfil dessas instituições, 4 recebem crianças e adolescentes apenas do sexo masculino, 1 do sexo feminino e 14 de ambos os sexos. Em relação à faixa etária, os serviços de acolhimento acolhem crianças e adolescentes com faixas etárias diferentes: 6 instituições acolhem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos; 3, de 0 a 12 anos; 3, de 7 a 12 anos; 3, de 12 a 18 anos; e os outros 7 serviços acolhem crianças e adolescentes com faixas etárias mescladas (5 a 15 anos, 6 a 14 anos, 0 a 11 anos, 7 a 12 anos, 2 a 18 anos, 2 a 12 anos, 0 a 12 anos para meninos e de 0 a 18 para meninas). Recife possui 8 instituições que recebem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, 2 de 2 a 6 anos, e 5 serviços acolhem crianças e adolescentes com faixas etárias mescladas (adolescentes grávidas, 1 a 6 anos, 0 a 10 anos, 0 a 3 anos, 12 a 18 anos, 10 a 18 anos).

Em relação à capacidade instalada, 90,0% das instituições cumprem a legislação em relação ao número máximo de crianças e adolescentes acolhidos. Uma instituição do tipo abrigo tem uma capacidade instalada para receber até 30 crianças, quando a norma orienta o número máximo de 20 crianças e adolescentes. Uma instituição do tipo abrigo funcionava acima da sua capacidade instalada, com 39 crianças e adolescentes no momento da coleta, quando sua capacidade é de até 20 crianças e adolescentes.

O GI dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes foi considerado implantado em 6 municípios (Jaboatão, Cabo, Itamaracá, Ipojuca, Abreu e Lima e Recife) e parcialmente implantado em 4 municípios (Olinda, Igarassu, Paulista e Moreno). O GI foi analisado a partir da estrutura, que está dividida em recursos humanos e infraestrutura e o processo que abrange as atividades desenvolvidas. Foi necessário avaliar de forma separada, uma vez que as fragilidades são evidenciadas a partir de cada categoria temática.

Em relação aos recursos humanos, foi considerado implantado em 63,0% (12 instituições) da RMR e Recife 88,0% (14 instituições). Quanto à infraestrutura, a maioria das instituições da RMR foi considerada parcialmente implantada, com 79,0% (15 instituições) e Recife com apenas 44,0% (7 instituições). Quanto às atividades, 74,0% (14 instituições) da RMR estavam implantadas e no Recife 63,0% (10 instituições) (Quadros 3 e 4).

Apesar da avaliação ter considerado a maioria das instituições como implantadas ou parcialmente implantadas, verifica-se que apenas duas instituições de dois municípios (M1, M5) conseguiram cumprir todas as normas em relação aos recursos humanos, infraestrutura e atividades (Quadros 4 e 5). Já o Recife apresenta 6 instituições (dentro o total de 16) com todas as normas implantadas (quadro 5).

Algumas fragilidades foram encontradas em relação aos recursos humanos: uma instituição com ausência de coordenador com ensino superior ou com amplo conhecimento na rede de proteção à criança e adolescente, duas instituições na RMR e uma no Recife que não possuem um número adequado de profissionais de nível superior, nem de educador/cuidador para o atendimento às crianças e adolescentes. Ainda em relação aos recursos humanos, chama a atenção o fato de que 6 instituições na RMR e 3 no Recife não possuem um número adequado de auxiliar de educador/cuidador para a quantidade de crianças e adolescentes.

Quanto à infraestrutura, o quadro 4 também mostra que existem fragilidades em 37% (7) instituições da RMR e 31% (5) em Recife, com um excesso de crianças ou adolescentes por quarto e uma insuficiência na dimensão dos quartos em metros quadrados por crianças. Em relação à sala destinada à equipe técnica, que deve atuar em área específica, 47%(9) das instituições da RMR e 19%(3) no Recife não possuem essa sala. A fragilidade apresenta-se maior em relação à ausência de sala ou espaço para reuniões que ofereça acessibilidade para atendimento de pessoas com deficiência em 58% (11) das instituições da RMR e 56% (9) no Recife. A estrutura dos banheiros e a distribuição das crianças também se encontra fragilizada em 26% (5) instituições da RMR. A ausência de banheiro adaptado para pessoas com deficiência foi encontrada em 84% (16) das instituições da RMR e em 50% (8) das

instituições do Recife. Ainda em relação à infraestrutura, 21% (4) instituições da RMR e 38% (6) do Recife não possuem um veículo para cada 20 crianças, o que acaba dificultando a rotina das instituições e a locomoção das crianças e adolescentes.

O quadro 3 mostra o grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na RMR-PE.

Quadro 3- Grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na RMR-PE.

RMR			
Grau de Implantação Dimensões	Implantado (90-100)	Parcialmente implantado (60-89)	Não implantado (<59)
Recursos Humanos	63%	26%	11%
Infraestrutura	16%	79%	5%
Atividades	74%	26%	0%

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 4 mostra o grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes no município do Recife-PE.

Quadro 4- Grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes em Recife-PE.

RECIFE			
Grau de Implantação Dimensões	Implantado (90-100)	Parcialmente implantado (60-89)	Não implantado (<59)
Recursos Humanos	88%	6%	6%
Infraestrutura	44%	44%	12%
Atividades	63%	37%	0%

Fonte: Elaborado pela autora

O quadro 5 se refere às atividades desenvolvidas nas instituições de acolhimento da RMR: em 74,0% (14 instituições), as atividades foram consideradas implantadas; em 26,0% (5 instituições), parcialmente implantadas. No Recife, 63,0% (10 instituições) foram consideradas implantadas e 37,0% (6 instituições), parcialmente implantadas. Apesar do resultado positivo, existem fragilidades importantes em relação à seleção para contratação dos profissionais. Na RMR, 47,0% (9 instituições), o coordenador não participa da seleção e contratação dos profissionais para trabalhar nessas instituições; no Recife, 25,0% (4 instituições). Na RMR, em 58,0% (11 instituições) as equipes técnicas não participam como

apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; no Recife, 44,0% (7 instituições).

O quadro 5 mostra o GI das Instituições de Acolhimento da RMR e do Recife, em relação aos recursos humanos, infraestrutura e atividades.

Quadro 5- Grau de implantação das Instituições de Acolhimento da RMR em relação aos recursos humanos e infraestrutura, segundo as normas vigentes.

		REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE																		RECIFE	
MUNICÍPIOS		M1				M2			M3		M4		M5	M6	M7	M8	M9			M10	M11
N° DE INSTITUIÇÕES		1	2	3	4	1	2	3	1	2	1	2	1	1	1	1	1	2	3	1	16
E S T R U T U R A	SUBTOTALDE RECURSOS HUMANOS (%)	100	100	75	100	100	100	100	75	100	75	75	100	100	100	100	25	50	100	75	94
	SUBTOTALDE INFRAESTRUTURA (%)	90	70	85	70	85	80	85	80	75	85	75	100	65	95	80	40	70	75	75	82
	TOTALDE ESTRUTURA	95,0	85,0	80,0	85,0	92,5	90,0	80,0	90,0	87,5	80,0	75,0	100,0	82,5	97,2	90,0	32,5	60,0	87,5	75,0	88,0
P R O C E S S O	TOTALDE ATIVIDADES (%)	91	91	83	91	87	100	100	91	91	100	100	100	100	87	91	83	100	96	83	94
G I	TOTALDO GI	93,2	88,2	81,3	88,2	89,7	95,0	90,0	90,7	89,4	90,0	87,5	100,0	91,3	92,1	90,7	57,6	80,0	91,6	78,8	90,9
	TOTALDO GIDOS MUNICÍPIOS	87,6				91,6			90,0		89,0		100,0	91,0	92,0	91,0	77,0			79,0	90,8

Fonte: Elaborado pela autora

Legenda: M1 (Olinda), M2 (Jaboatão), M3 (Cabo), M4 (Igarassu), M5 (Itamaracá), M6 (São Lourenço), M7 (Ipojuca), M8 (Abreu e Lima), M9 (Paulista), M10 (Moreno)

5.2 Contexto de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

O contexto político e estrutural da implantação dos serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes constitui o objeto de estudo deste item, sendo os resultados apresentados por categoria temática, com apresentação de recortes de falas das entrevistas, para melhor compreensão da questão analisada. No contexto político foram analisados os núcleos temáticos através das categorias, a partir das variáveis do Suporte dado à intervenção com a categoria “Investimento dado para a implantação dos serviços de acolhimento”, controle na intervenção para operacionalizá-la com as categorias “Conhecimento sobre as orientações técnicas para o serviço de acolhimento e Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível para as ações das instituições de acolhimento”, coerência entre os motivos referentes ao suporte e os objetivos associados com as categorias “Priorização da violência enquanto problema de saúde pública e Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições de acolhimento”. No contexto estrutural a análise foi realizada a partir das variáveis dos atributos organizacionais das categorias “Coerência dos planos com as ações das instituições e Formalização do setor responsável pelas instituições”, atributos dos coordenadores com a categoria “Perfil dos coordenadores das instituições”, e atributos do ambiente com as categorias “Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições e Localização do setor responsável pelas instituições”.

Foram entrevistados 10 gestores dos seguintes municípios: Olinda, Jaboatão, Cabo, Igarassu, Itamaracá, Ipojuca, Abreu e Lima, Paulista, Moreno, Recife. O município de São Lourenço participou apenas da primeira etapa, não se disponibilizando a participar da segunda etapa.

5.2.1 Análise das categorias do contexto político de implantação dos serviços de Acolhimento

5.2.1.1 *Investimento para a implantação dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes*

Categoria desfavorável nos 10 municípios. Apesar de alguns referirem investimentos nas instituições, como reformas das casas de acolhimento, ajuda para as passagens de alguns funcionários para capacitações, aquisições de materiais pedagógicos, estes foram feitos de forma incipiente, ficando abaixo do que é esperado para investimentos nas políticas sociais.

Nós temos uma pedagoga, uma assistente social, uma coordenação que é contratada através de cargos comissionados, a psicóloga que é efetiva, ai temos mais 3 cozinheiras, 3 educadores, 3 serviços gerais e todos eles são terceirizados, temos também 4 guardas municipais servidores (Ipojuca).

Em relação ao aumento e tipo de vínculo empregatício dos profissionais, a maioria dos municípios investiu no aumento dos funcionários das instituições de acolhimento, mas todos mantêm vínculos frágeis, através de contratos, cargos comissionados e até terceirizados. Quanto aos critérios de seleção, em sua maioria são por seleção simplificada e os gestores das unidades não participam da seleção; outro setor é responsável pela contratação dos profissionais das instituições de acolhimento.

A seleção é realizada através da secretaria municipal de assistência...Sim nós nos mudamos para uma casa melhor, mais ampla (Ipojuca).

5.2.1.2 Conhecimento sobre as orientações técnicas para o serviço de acolhimento

Categoria favorável. A maioria dos gestores dos municípios teve contato com a política social na sua formação profissional e ao longo de sua carreira, também demonstrando amplo conhecimento sobre as normas, documentos e leis que norteiam os serviços de acolhimento, citando a maioria deles, durante a entrevista. Sendo o PIA um importante instrumento para a gestão e devendo estar de acordo com as normas vigentes, foi analisado nessa categoria o conhecimento dos gestores quanto ao processo de organização, monitoramento e acompanhamento do PIA. A maioria dos gestores tem conhecimento das normas vigentes relacionadas à organização dos PIAs, mas boa parte não monitora ou acompanha esses instrumentos.

Sobre a política tive conhecimento na universidade. O ECA, as orientações. Dispomos de todos os documentos, todos físicos na casa. Sempre usamos nas reuniões, planejamento e capacitação interna. A gente usa os nacionais o PPP a gente faz com base na NOB SUAS, orientações técnicas, ECA, PNAS (Olinda).

A gestão não tem um contato direto com os PIAs, não monitora, mas sabe que existe[...] Os PIA estão nas Instituições (Igarassu).

5.2.1.3 Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível para as ações das instituições de acolhimento

Categoria favorável na maioria dos municípios, os gestores mostrando conhecimento sobre a forma de financiamento tripartite e o acompanhamento dos recursos financeiros; alguns gestores acompanham mais que outros. Com exceção de Paulista e Recife, em que os

gestores, não obstante ter conhecimento sobre a forma de financiamento, não acompanham a aplicação dos recursos financeiros das instituições.

Não. Recursos financeiros não passam por nós, então assim não há uma consulta, não há um diálogo sobre o que tem disponível e o que vai ser utilizado... O maior aporte financeiro é do tesouro municipal, o que vem do governo federal é muito pouco, mas consegue manter as casas de acolhimento quanto ao recurso (Recife).

5.2.1.4 Priorização da violência enquanto problema de saúde pública

Categoria favorável na maior parte dos municípios. Os gestores têm conhecimento sobre os principais motivos de acolhimento, os municípios também realizam ações de prevenção e enfrentamento à violência.

Faz muitas ações nas escolas, na equipe da UBS, a alta complexidade nem tanto, O CRAS também realiza essas ações de prevenção (Olinda).

Temos a média complexidade que executa as ações, mobilizando e sensibilizando, temos parcerias com a secretaria de direitos humanos, capacitação com a Fiocruz, Dom Elder (Jaboatão).

Em relação à utilização de dados epidemiológicos relacionados à violência contra crianças e adolescentes, a maioria dos gestores dos municípios tem pouco conhecimento e boa parte não utiliza esses dados no relatório de gestão.

Não. Isso (dados epidemiológicos) fica interno dentro da casa de acolhimento, isso não é repassado para a gestão (Paulista).

Existe diálogo sobre os dados e sobre os índices, reuniões. Para o relatório de gestão esses dados não têm entrado (Recife).

5.2.1.5 Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições de acolhimento

Categoria favorável, a maioria dos municípios possui o plano municipal de acolhimento e os coordenadores participam das ações para o planejamento e execução desse plano.

Tem o plano municipal de acolhimento que está em revisão para o ano de 2018, ele é trianual de 2018 à 2020, com a participação de vários técnicos... a equipe da alta não pode ficar de fora (Jaboatão).

Apenas 4 municípios (Ipojuca, Abreu e Lima, Olinda, Itamaracá) não possuem o plano municipal de acolhimento.

O município não possui, essa é uma discussão que a gente tem levado desde o ano passado para que a gente faça (Olinda).

O município de Itamaracá possui uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes sob gestão de uma ONG. Dessa forma, o município não tem acolhimento próprio sob gestão do município e assim não acompanha as ações que a ONG realiza. Itamaracá encaminha as crianças e adolescentes do seu município para outro município e diz que acompanha os PIAs. Os quadros 6 e 7 apresentam uma síntese da análise do contexto político dos municípios avaliados.

Quadro 6- Análise do parâmetro e classificação do contexto político dos municípios de Olinda, Jaboatão, Cabo, Igarassu e Itamaracá.

VARIÁVEL	CATEGORIA	ANÁLISE DO PARÂMETRO E CLASSIFICAÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO				
		OLINDA	JABOATÃO	CABO	IGUARASSU	ITAMARACÁ
Suporte dado à intervenção	Investimento dado para a implantação dos serviços de acolhimento	3 e 4. (-) Temos duas equipes técnicas, coordenadora, cuidadores... Todos são contratos. 5. (-) Através de um edital se abre uma seleção simplificada... a permanência dos trabalhadores são de muitos anos. 18. (-) Esse ano teve ajuda para as passagens para capacitação dos cuidadores, capacitação interna, os recursos humanos estão na expectativa da seleção.	3 e 4. (-) Equipe técnica por contrato temporário. 5. (-) Critério de acordo com a necessidade do município, se emergência por seleção simplificada. 18. (+) Convocação dos servidores concursados na área da assistência social como Educadores/cuidadores.	3 e 4. (-) Equipes técnicas é contrato temporário, temos funcionários efetivos, as cozinheiras são terceirizadas e a coordenação é cargo comissionado. 5. (-) Seleção simplificada e o tempo geralmente é dois anos renovável por mais dois. 18. (+) Sim e muito. Reforma das casas, do espaço físico.	3 e 4. (-) Equipes de nível superior e fundamental por contrato conveniada direto com as instituições, alguns são voluntários. 5. (-) Fica a critério da instituição, a gente não tem gestão sobre o processo de escolha. 18. (-) Como se trata de instituição de terceiro setor... a gestão não encaminhou recursos específicos para infraestrutura.	3 e 4. (-) Como não temos unidades de acolhimento logo, não temos profissionais. 5. (-) Não há como responder. 18. (-) Não há como responder porque não temos o serviço de acolhimento no município.
	Conhecimento sobre as orientações técnicas	2. (+) A política teve conhecimento na universidade. O ECA, as orientações. Disposimos de todos os documentos, todos físicos na casa. Sempre usamos nas reuniões, planejamento e capacitação interna. 8. (+) A gente usa os nacionais o PPP a gente faz com base na NOB SUAS, orientações técnicas, ECA, PNAS. 17. (+) Eu acompanho os PIAS, faz estudos de casos, 90% são impressos e atualizados, ficam nas salas guardados em salas fechadas e organizadas.	2. (+) A gente sabe primeiramente pelos manuais, temos todos os documentos e tem a internet para que a gente não fique nunca com dúvidas. Usamos em qualquer situação de dúvida quanto as tipificações... 8. (+) Resoluções, LOA, ECA, PNAS, NOB SUAS. 17. (+) A gestão utiliza esses prontuários, sem eles não teria como ter um norte. São armazenados nos serviços em arquivos e no sistema de forma digital.	2. (+) A gente dispõe dos documentos, utiliza diariamente e as informações através das redes sociais, da lei e capacitações... 8. (-) O NANDA, o ECA. 17. (+) Acompanhamento através de reunião com a equipe, onde a gente estuda os casos e os PIAS são impressos e armazenados nas pastas individuais de cada criança.	2. (+) Fui conselheiro municipal, participei da construção do plano nacional, erradicação do trabalho infantil... usamos sempre que há dúvidas sobre o que foi estudado... a gente sempre dialoga a política com bastante frequência para construir algum processo. 8. (-) Plano nacional de convivência familiar e comunitária, orientações técnicas. 17. (-) A gestão não tem um contato direto com os PIAS, não monitora, mas sabe que existe. Os PIAS estão nas instituições.	2. (+) Estudo o estatuto há anos o estatuto da criança e adolescente, bem como participo de fóruns que trata do assunto. 8. (-) Não é possível responder por não ter instituição de acolhimento do município. 17. (+) Temos realizado os PIAS, temos eles impressos, que são preenchidos pelos profissionais, técnicos no CREAS, ... nos reportando ao PIA pra ver se estamos cumprindo.
Controle na intervenção para operacionalizá-la	Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível	19. (+) Tenho 20. (+) Via governo Federal e Municipal, o Estado não entra com nada, mas é o município que sustenta. Que 8 mil reais para sustentar uma casa não sustenta. O que gasta com comida na casa já consome o que o governo Federal dá. Então todos os outros gastos é fonte do município.	19. (+) Com certeza isso é um trabalho em conjunto, temos uma gerência administrativa financeira, mas nossa gerência costuma acompanhar também a questão financeira de recursos. 20. (+) Municipal, Estadual e Federal. Estamos precisando mais do governo do Estado.	19. (+) As nossas casas elas não recebem financiamento do governo Federal pelo fato do município não ser gestão plena, então todo o recurso que mantém a casa é do tesouro municipal. 20. (+) Tesouro municipal.	19. (+) Sim. Inclusive a gente fica sob responsabilidade do acompanhamento dos recursos... alguns recebidos pelo Ministério sobre o desenvolvimento social e um co-financiamento pactuado com o fundo Estadual de Assistência Social. 20. (+) É o FNAS do ministério e o Fundo Estadual que não repassou ainda, mas a maioria recursos próprios.	19. (-) Não há como responder porque não temos o serviço de acolhimento no município. 20. (-) Não temos fonte de financiamento porque não temos o serviço de acolhimento no município.
	Priorização da violência enquanto problema de saúde pública	11. (+) A gente tem negligência familiar, abandono, uso de drogas por parte dos pais. 12. (+) O PET faz muita ação nas escolas, na equipe da UBS, a alta complexidade nem tanto. O CRAS também. 13. (+) A gente não tem oficialmente a vigilância socioassistencial, mas a gente tem uma pessoa responsável... a gente tá sempre monitorando, estão sendo sempre usados para planejar as ações anuais. 14. (+) Usamos no sentido do planejamento das ações e quando acende um alerta, sempre foca as ações nesse âmbito e no plano municipal.	11. (+) A gente recebe questões de violência, questões de drogas, dorgatização dos pais, abandono... 12. (+) Temos a média complexidade... que executa as ações, mobilizando e sensibilizando. Temos parcerias com a secretária de direitos humanos, capacitações com a Fiocruz, Dom Elder. 13. (-) NÃO SOUBE RESPONDER 14. (-) NÃO SOUBE RESPONDER	11. (+) Abandono, negligência, maus tratos, envolvimento dos pais com o tráfico. 12. (+) A gente faz seminários, palestras, campanhas. 13. (+) Sim. A gente utiliza nas ações de campanhas preventivas para elaborar políticas públicas que venhas atender essa demanda. 14. (+) O uso é feito para nortear as ações que serão realizadas para combater a violência.	11. (+) Violência doméstica e abandono. 12. (+) O município realiza algumas campanhas esporádicas, o CREAS faz constantes mobilizações. 13. (+) Sim. A gente trata do monitoramento e planejamento... a gente planeja as políticas... temos algumas dificuldades porque não são tidos como prioridade absoluta, mas a gente consegue filtrar diversos dados epidemiológicos. 14. (+) Existe muita subnotificação, a gente não tem muito acesso aos dados, que as vezes vai para a delegacia, colegiados, conselhos municipal e tutelar.	11. (-) Não há como falar dos motivos de acolhimento por não termos um acolhimento próprio. 12. (+) O município tem o serviço de fortalecimento de convivência e vínculo, fazemos trabalhos em escolas de enfrentamento a violência, palestras, atendimentos do PAEF. 13. (-) Nós não temos dados epidemiológicos até o momento. 14. (+) De certa forma temos alguns dados que o CREAS levanta mensalmente no seu RMA, das nossas intervenções com o Conselho Tutelar.
Coerência entre os motivos referentes ao suporte à intervenção e os objetivos associados	Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições	9. (-) O município não possui, essa é uma discussão que a gente tem levado desde o ano passado para que a gente faça.	9. (+) Tem o plano municipal de acolhimento que está em revisão para o ano de 2018, ele é trienal de 2018 a 2020, com a participação de vários técnicos... a equipe da alta não pode ficar de fora.	9. (+) Sim. A gente elabora o plano, a equipe de alta complexidade elabora junto com a equipe da secretaria. Atualizado sempre que necessário.	9. (+) O plano existe. O município ganhou o plano... estamos fazendo a adaptação desse processo de atualização do plano municipal de assistência.	9. (-) Não há plano municipal de acolhimento em Itamaracá.

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: ■ Favorável ■ Desfavorável

Quadro 7- Análise do parâmetro e classificação do contexto político dos municípios de Ipojuca, Abreu e Lima, Paulista, Moreno e Recife.

VARIÁVEL	CATEGORIA	ANÁLISE DO PARÂMETRO E CLASSIFICAÇÃO DO CONTEXTO POLÍTICO				
		IPOJUCA	ABREU E LIMA	PAULISTA	MORENO	RECIFE
<p>Suporte dado à intervenção</p> <p>Investimento dado para a implantação dos serviços de acolhimento</p>		<p>3 e 4. (-) Pedagoga, assistente social, coordenação são cargos comissionados, cozinheiras, educadores e serviços gerais são terceirizados, guardas municipais são servidores. 5. (-) É realizada através da secretaria municipal de assistência e o tempo médio é de 6 anos, só 4 funcionários estão há 3 meses.</p> <p>18. (+) Sim. Nos mudamos para uma casa melhor, mais ampla...o número de funcionários que bate e já tem até a mais. A estrutura física também foi pensado de acordo com as orientações técnicas</p>	<p>3 e 4. (-) Equipe técnica e equipe de apoio todos contratados pela prefeitura.</p> <p>5. (-) Entrevista com o gestor e boa permanência do quadro.</p> <p>18. (-) Houve e há investimento diário, o serviço exige manutenção desobrevivência diária.</p>	<p>3 e 4. (-) Equipe técnica são seleção simplificada, cozinheiro e cuidador varia, tem gente de seleção simplificada e cargo comissionado.</p> <p>5. (-) Seleção simplificada com exigência de experiência de no mínimo 6 meses na área. Tempo de dois anos mais dois e agora um mais um. Cargo comissionado ficam durante a gestão.</p> <p>18. (+) Sim. Em recursos humanos são as capacitações e estrutura física renovando a casa com materiais pedagógicos, brinquedos...</p>	<p>3 e 4. (-) Não executa enquanto gestão, pois é conveniada ao CEO. Psicólogo, assistente social, equipe de apoio contratado por via CLT.</p> <p>5. (-) Se dá diretamente com a CEO, fazem todo o processo seletivo.</p> <p>18. (-) Estamos sempre em capacitação pelo Capacita SUAS.</p>	<p>3 e 4. (-) Equipe técnica (seleção simplificada, contrato por tempo determinado); coordenadora, guardas municipais, educadores sociais (efetiva concursada); equipe de apoio (terceirizados)</p> <p>5. (-) Seleção simplificada critérios: experiência e formação profissional. tempo médio de experiência e permanência de 4 a 5 anos.</p> <p>18. (+) Sim. reforma de casa, novos aluguéis, aquisição de brinquedos.... Participação em seminários, congressos...</p>
<p>Controle na intervenção para operacionalizá-la</p> <p>Conhecimento sobre as orientações técnicas</p>		<p>2. (+) Através de capacitações, conferências. A gente usa sempre quando necessário para elaboração de projetos, reavaliar o PPP. Dispomos de todos os documentos.</p> <p>8. (-) A gente segue as orientações técnicas que orientam a organização das instituições.</p> <p>17. (+) Os PIAS são impressos sim, ficam no prontuário, são atualizados frequentemente e são encaminhados para o poder judiciário.</p>	<p>2. (+) Sou profissional da área, utilio em todos os momentos cabíveis às normativas, possuo acervo desses conteúdos.</p> <p>8. (+) ECA, PNAS, NOB SUAS, RH, Normas técnicas, tipificação, LOAS, Nova Lei da adoção, Regras de convivência familiar...</p> <p>17. (+) A gerência fica a responsabilidade de providenciar o suporte, apoio, orientação, capacitação... Todos são impressos e constam nas pastas individuais, são atualizados periodicamente e guardados na sala técnica.</p>	<p>2. (+) Foi através da leitura da tipificação, do estatudo, das orientações técnicas, usa como referência, recorre tanto a biblioteca virtual como a física.</p> <p>8. (+) Então as orientações técnicas, a tipificação e o Estatudo.</p> <p>17. (-) São armazenados na casa e mensalmente precisam ser atualizados, quando vai ter uma audiência concentrada a gente vai lá e dá uma olhada, mas a gestão e secretaria não faz o acompanhamento mensal e semestral. A equipe técnica vai sempre atualizando.</p>	<p>2. (+) Ao longo desse período em toda trajetória como trabalha com o público da assistência social. É importante estar de posse da política para estar revisando, relendo...</p> <p>8. (-) O Estatuto da Criança e do adolescente.</p> <p>17. (-) Como os PIAS são feitos pela própria instituição. A equipe técnica e a equipe do CREAS faz o acompanhamento e atualização e planejamento...ficam lá na própria CEO.</p>	<p>2. (+) Sobre a política desde a primeira experiência profissional, comecei a estudar e aprofundar. Tenho minhas cópias em casa e na secretaria. Nos momentos de planejamento e reflexão a gente está sempre consultando os documentos.</p> <p>8. (+) O ECA, as orientações técnicas do CONANDA e documentos norteadores como o PPP, Paulo Freire, Piaget.</p> <p>17. (+) Todas possuem o PIA, são impressos, guardados em pastas suspensas com o prontuário, com toda documentação existente lacradas em armários tipo arquivo, em salas fechadas...a gestão acompanha a utilização dos PIAS através de visitas, são abertos, folheados...</p>
<p>Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível</p>		<p>19. (+) Agora estou mais junto do financeiro pra esta fazendo o acompanhamento que está iniciando agora, então as fichas de contrato de fornecimento da alimentação, estou mais junto para estar solicitando e realizando de acordo com os recursos que a gente tem.</p> <p>20. (+) recurso maior vem da prefeitura, o plano de reordenamento que é do Estado.</p>	<p>19 e 20. (+) acompanhamos toda a tramitação financeira junto ao administrativo...bem como captamos recursos não só através do Governo Federal, como também junto a parceiros da sociedade civil organizada e todos aqueles que se dispõe a colaborar.</p>	<p>19. (-) Eu não porque existe uma diretoria específica para isso.</p> <p>20. (-) Não, sei que tem duas fontes né. Acredito que sejam usadas as duas.</p>	<p>19. (+) A prestação de contas que a entidade encaminha, no final de cada ano para a secretaria...para que possa estar acompanhando como está sendo feita esse conhecimento desse acompanhamento dos gastos.</p> <p>20. (+) As fontes são do Governo Federal, tesouro municipal que são aportadas para a CEO...fazem campanhas para captação de recursos e doações também.</p>	<p>19. (-) Não. Recursos financeiros não passam por nós, então assim não há uma consulta, não há um diálogo, sobre o que tem disponível e o que vai ser utilizado.</p> <p>20. (+) A maior parte do aporte financeiro é do tesouro municipal, o que vem do Governo Federal é muito pouco, mas consegue manter as casas de acolhimento quanto ao recurso.</p>
<p>Coerência entre os motivos referentes ao suporte à intervenção e os objetivos associados</p> <p>Priorização da violência enquanto problema de saúde pública</p>		<p>11. (+) Negligência, abandono e maus tratos que entra na negligência.</p> <p>12. (+) Estamos no momento de reestruturação da secretaria. Os eventos são o CREAS nas escolas e uns eventos dia 18 de maio.</p> <p>13. (-) A gente está no processo de implantação da lei municipal da assistência social para a partir daí utilizar todos esses dados.</p> <p>14. (-) Estamos no processo de aprovação da lei do SUAS para a partir daí utilizar esses dados para o efetivação de projetos para o enfrentamento da violência e ter respaldo jurídico.</p>	<p>11. (-) Abuso sexual muitas vezes em decorrência da mãe ou responsável está envolvido no tráfico de drogas.</p> <p>12. (+) Ações realizadas através do CREAS, dos serviços de convivência, do CREAS, com palestras nas escolas, campanhas educativas...</p> <p>13 e 14. (+) Tudo é aproveitado e pensado em conjunto com o gestor e os conselhos para melhor efetivação das políticas públicas da assistência social.</p>	<p>11. (+) Infelizmente pobreza...vulnerabilidade social, agressão, abandono, negligência.</p> <p>12. (+) Promover atividades do tipo fórum, capacitar os nossos conselhos tutelares, as equipes técnicas da casa de acolhimento, do CREAS, capacitando a rede.</p> <p>13 e 14. (-) Não. Isso fica interno dentro da casa de acolhimento, isso não é repassado para a gestão.</p>	<p>11. (+) A destruição do poder familiar... Maus tratos, abandono, falta de cuidado, de zelo, de atenção.</p> <p>12. (+) Além do trabalho de sensibilização feito pelo CREAS, conselho tutelar, do desenvolvimento de direitos humanos, tem ações específicas como a campanha 18 de maio nas escolas.</p> <p>13. (+) Estão dentro do diagnóstico socioterritorial, no mapeamento da vulnerabilidade trabalhado pela vigilância socioassistencial...</p> <p>14. (+) Os dados em relação a violência faz com que a gente possa ter uma visão mais focal e mais direcionada para as ações que pretende executar.</p>	<p>11. (+) Negligência, abandono, conflitos familiares, violência doméstica, maus tratos, violência sexual.</p> <p>12. (+) Prevenção contra violência no âmbito escolar, nas comunidades, alguns momentos dialogamos conosco, levam as ações nas casas de acolhimento. O CREAS trabalha a prevenção todo anos em períodos festivos...</p> <p>13. (-) Existe diálogo sobre os dados e sobre os índices, reuniões. Para o relatório de gestão esses dados não tem entrado, tem entrado mais para um planejamento das equipes e não macro.</p> <p>14. (-) A alta complexidade esses dados são usados na ponta, na troca de informação entre os profissionais.</p>
<p>Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições</p>		<p>9. (-) No momento o município não organiza o plano municipal de acolhimento.</p>	<p>9. (-) O plano ainda não foi elaborado no município.</p>	<p>9. (+) Sim. A gente vai buscando revisar quando necessário e solicitado, mas sempre que necessário a gente faz.</p>	<p>9. (+) Estamos na discussão em relação ao plano municipal de acolhimento, a gente está revisando todos os documentos...para fazer esse trabalho de atualização junto com o CREAS e o poder judiciário.</p>	<p>9. (-) Sim de 4 em 4 anos. A gente fez o plano municipal de acolhimento em 2015. Muito provavelmente a gente deve está fazendo a revisão do plano ...com toda a equipe da rede socioassistencial.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: ■ Favorável ■ Desfavorável

5.2.2 Análise das categorias do contexto estrutural para a implantação dos serviços de Acolhimento.

As categorias abaixo descritas foram analisadas a partir das variáveis dos atributos organizacionais, através das categorias “Coerência dos planos com as ações das instituições e Formalização do setor responsável pelas instituições”, atributos dos coordenadores, com a categoria “Perfil dos coordenadores das instituições”, e atributos do ambiente, com as categorias “Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições e Localização do setor responsável pelas instituições”.

5.2.2.1 *Coerência dos planos com as ações das instituições*

Categoria favorável, na maioria dos municípios; apenas o município de Itamaracá não possui o plano de acolhimento. Os municípios demonstraram que entendem a importância de possuir o plano municipal de acolhimento e, quando isso não é possível, as ações de alta complexidade são incorporadas ao plano municipal de assistência social. Também demonstraram entender a importância da coerência entre os planos de acolhimento e o municipal de assistência social.

Sim. Mesmo contendo o plano municipal de acolhimento, os planos de assistência estão contemplados no plano municipal de assistência social (Recife).

5.2.2.2 *Formalização do setor responsável pelas instituições*

Categoria favorável, na maioria dos municípios; apenas 3 municípios não responderam a questão (Jaboatão, Itamaracá e Moreno). Os gestores das instituições demonstraram conhecimento sobre a importância da formalização do setor responsável pelas instituições (local onde os gestores trabalham) e citaram toda a organização hierárquica dos serviços de acolhimento.

Conhecem sim. Tem a secretaria, a diretoria técnica, a gerência de coordenação do serviço. A equipe técnica, os educadores... (Ipojuca).

Não é possível responder, pois o município não possui instituição de acolhimento (Itamaracá).

5.2.2.3 Perfil dos coordenadores das instituições

Categoria favorável, em todos os municípios. Todos os gestores possuem nível superior e a maioria tem experiência na área de assistência social e acolhimento. Existe também uma boa articulação entre as gestões da básica e média complexidade, além das ONGs; essa articulação também ultrapassa a área da assistência social, incluindo a saúde e educação, entre outras.

Dentro da gestão há uma articulação entre as políticas tanto da saúde, educação... a gente tá fazendo um fortalecimento das ONGs, capacitação e qualificação técnica do novo marco regulatório (Moreno).

5.2.2.4 Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições

Categoria desfavorável. Existe uma baixa permanência dos profissionais, devido ao vínculo empregatícios dos profissionais das instituições de acolhimento e dos gestores. A seleção se dá de forma simplificada, em sua maioria, e os cargos comissionados permanecem o tempo previsto em contrato ou enquanto a gestão política estiver no município. Na maioria dos municípios os gestores não participam da seleção dos profissionais das instituições.

O processo se dá através de seleção simplificada e o tempo é de dois anos, renovável por mais dois (Cabo).

5.2.2.5 Localização do setor responsável pelas instituições

Categoria favorável. Os gestores relatam que o espaço físico das instituições e as condições de trabalho e deslocamento são bons. Um município cita áreas de lazer que não são recomendadas pelas orientações técnicas, como piscina, campo de futebol.

É um espaço muito bom, tem auditório, tem piscina, campo de futebol... o acesso é fácil, estão próximas as linhas de transporte público e as unidades tem carro (Igarassu). As condições são muito boas, a gente dispõe de carros, telefone institucional, um espaço climatizado... o deslocamento é complicado porque o trânsito é grande, o acesso é bom. (Recife).

A outra realidade encontrada foram instituições de grande porte, que, apesar de se apresentarem como casas-lares, ainda estão arraigadas aos modelos antigos; não obstante haver o espaço físico mínimo exigido (sendo por isso mesmo avaliadas como adequadas), os móveis e materiais da casa estão em péssimo estado de conservação, sem nenhuma ambiência.

O quadro 8 apresenta uma síntese das informações usadas para análise do contexto, favorável ou desfavorável à implantação.

Quadro 8- Análise do parâmetro e classificação do contexto estrutural dos municípios de Olinda, Jaboatão, Cabo, Igarassu e Itamaracá.

VARIÁVEL	CATEGORIA	ANÁLISE DO PARÂMETRO E CLASSIFICAÇÃO DO CONTEXTO ESTRUTURAL				
		OLINDA	JABOATÃO	CABO	IGUARASSU	ITAMARACÁ
Atributos organizacionais	Coerência dos planos com as ações das instituições	10. (+) Estão todas.	10. (+) Tem o plano Municipal de Acolhimento.	10. (+) Tem o Plano Municipal de Acolhimento.	10. (+) As ações da alta estão no plano municipal, independente do plano de acolhimento.	10. (-) Não é possível responder porque não há casa de acolhimento.
	Formalização do setor responsável pelas instituições	7. (+) Secretaria executiva de assistência social, secretário da pasta, diretoria de proteção especial, eu a gerência, a gerência da média e alta complexidade e as coordenações da casa. Sim, todos conhecem o organograma.	7. (-) Não respondeu	7. (+) Temos na instituição a gerência, a coordenação, estão todos ligados à secretaria. Todos que entram para trabalhar tem conhecimento do organograma e de como funciona.	7. (+) As equipes sabem que o órgão gestor é a Secretaria Executiva de desenvolvimento social e habitação e sabem da estrutura organizacional sim.	7. (-) Não é possível responder.
Atributos dos coordenadores	Perfil dos coordenadores das instituições	1. (+) Assistente social, especialista em programas e projetos de gestões sociais. A primeira vez que trabalha na área de proteção. 15. (+) Quando tem reunião do CRAS, quando tem um caso, existe diálogo com a básica e mais forte com a média complexidade. 16. (+) O processo de articulação a gente faz via whatsapp, em reuniões mensais.	1. (+) Bacharel em direito, com experiência no SUAS há 5 anos. 15. (+) Com certeza... A gente precisa estar sempre dialogando com a básica e média complexidade, a saúde, a educação... A intersectorialidade das partes. 16. (+) Com certeza, a gente tem técnicos da gerência da média e alta complexidade com essa missão... monitorar, incentivar e dialogar.	1. (+) Sou assistente social, anteriormente já fui coordenadora da casa de acolhimento. 15. (+) Sim. Através do encaminhamento de rede, visitas... 16. (+) As articulações entre as gerências e as unidades através de visitas, reuniões com a equipe das casas de acolhimento e com as ONGs.	1. (+) Sou licenciado em história do Brasil com ênfase no estudo da PNAS e estudante de serviço social. Trabalho na assistência há 6 anos. 15. (+) Existe sim. Não temos um órgão específico para cada proteção, então o diálogo acaba sendo forçado. 16. (+) Existe. Há um diálogo por conta dos custeios, por conta da execução e monitoramento do número de vagas...	1. (+) Sou psicólogo e já trabalhei como coordenador do programa vida nova centro da criança e adolescente. 15. (+) Como nós não temos média complexidade dialogamos com a rede socioassistencial no dia a dia e temos realizados o PIAS, temos eles impressos... 16. (-) Há um diálogo muito tímido com as ONGs no município e ainda não há formalmente uma articulação com o governo para trabalhar a questão de termos uma instituição de acolhimento no município.
		Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições	5. (-) Através de um edital abre seleção simplificada. A permanência são pessoas que estão trabalhando há muitos anos...	5. (+) Um dos critérios é pela necessidade dos municípios, ou a não descontinuidade do serviço... se houver emergência é via seleção simplificada. A maioria é servidores públicos	5. (-) O processo se dá através de seleção simplificada e o tempo é de dois anos renovável por mais dois.	5. (-) Fica a critério diretamente com a instituição, a gente não tem gestão sobre o processo de escolha. A instituição tem total autonomia.
Atributos do ambiente	Localização do setor responsável pelas instituições	6. (+) Em relação ao espaço físico ok, deslocamento também, o acesso é fácil. Eu tenho um carro para estar levando nas casas...	6. (+) Nossas condições são favoráveis. Existem algumas dificuldades com os imóveis, com documentação ou não ser compatível... temos uma Van exclusiva para as crianças, para levar ao médico...	6. (+) Hoje na casa temos a equipe completa. O espaço físico é um dos melhores, o acesso também é próximo a parada de ônibus...	6. (+) É um espaço muito bom, tem auditório, tem piscina, campo de futebol... o acesso é fácil, estão próximas a linhas de transporte público e as unidades tem carro.	6. (-) Não é possível responder.

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: ■ Favorável ■ Desfavorável

Quadro 9- Análise do parâmetro e classificação do contexto estrutural dos municípios de Ipojuca, Abreu e Lima, Paulista, Moreno e Recife.

VARIÁVEL	CATEGORIA	ANÁLISE DO PARÂMETRO E CLASSIFICAÇÃO DO CONTEXTO ESTRUTURAL				
		IPOJUCA	ABREU E LIMA	PAULISTA	MORENO	RECIFE
Atributos organizacionais	Coerência dos planos com as ações das instituições	10. (+) Está contemplada e o plano está em processo de implantação no município.	10. (+) Sim com toda certeza.	10. (+) Sim	10. (+) Sim. As ações de alta complexidade estão contempladas no plano municipal de assistência...	10. (+) Sim. Mesmo contendo o plano municipal de acolhimento os planos de assistência estão contemplados no plano municipal de assistência social.
	Formalização do setor responsável pelas instituições	7. (+) Conhecem sim. Tem a secretaria, a diretoria técnica, a gerência de coordenação do serviço. A equipe técnica, os educadores...	7. (+) Sim. Tudo dentro das normas do SUAS, a equipe passa por capacitações e treinamentos periodicamente.	7. (+) Sim. Todos são conscientes da hierarquia. Na casa de acolhimento tem a coordenação, o administrativo, a equipe técnica.	7. (-) Os recursos humanos repassa o recurso que é conveniado com a CEO. A equipe técnica da CEO está presente nos momentos de diálogo, juntamente com a equipe do CREAS, secretaria, Conselho Municipal...	7. (+) Em relação a organização hierárquica das instituições, coordenação da casa, equipe técnica, auxiliar administrativo, educador, cuidador e equipe de apoio.
Atributos dos coordenadores	Perfil dos coordenadores das instituições	1. (+) Sou pedagoga e antes da alta complexidade já atuei no CRAS durante 3 anos. 15. (+) Existe sim, através de reuniões sistemáticas...entre todas as coordenações, junto com a diretoria, gerentes. 16. (+) A articulação com a gerência é quase diariamente indo nas casas...através de contato telefônico. Não existe uma articulação tão firme com as ONGs...estão com as atividades paradas, em processo de custo de financiamento.	1. (+) Assistente social, pós-graduada em psicologia jurídica. Trabalhei na proteção social no nível básico e especial... 15. (+) Sim. Tudo é elaborado e pensado em conjunto com o planejamento anual, entre os gestores, gerentes, coordenadores e técnicos... 16. (+) A articulação é diária, através da presença constante dos núcleos, contato telefônico, email, whatsapp...Não faz distinção entre ONGs e as Governamentais, o município apoia todas.	1. (+) Sou pedagogue...nunca tive experiência relacionada a assistência social. 15. (+) Sim mensalmente. 16. (+) Existe... Nessas reuniões mensais não somente com a média complexidade, mas também com a básica, com os gestores da secretaria toda. As ONGs também estão presentes.	1. (+) Sou psicólogo de formação, trabalho na área da assistência com as proteções desde 2010... 15. (+) Sim. A gente tem colegiado de gestão, que é feito mensalmente. Existe a reunião das coordenações... 16. (+) Dentro da gestão há uma articulação entre essas políticas tanto de saúde, educação...A gente tá fazendo um fortalecimento das ONGs, capacitação e qualificação técnica do novo marco regulatório...	1. (+) Letras, curso uma especialização na área de políticas públicas...quase 8 anos de experiência. 15. (+) As proteções estão sempre dialogando...discutindo casos, se reunindo no espaço institucional. 16. (+) É um processo muito tranquilo, há um contato diário, nas rotinas de reuniões...A articulação ocorre diariamente, mas há reunião mensal entre as casas...
	Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições	5. (-) A seleção é realizada através da secretaria municipal de assistência. Estão há mais de 6 anos.	5. (-) Entrevista com o gestor da casa, temos uma boa permanência no quadro.	5. (-) Foi pela seleção simplificada com exigência de no mínimo 6 meses na área. Tempo de um mais um e os cargos comissionados durante o período da gestão.	5. (-) Se dá diretamente com a CEO. Fazem todo esse processo seletivo de contratação e tempo de permanência.	5. (-) Seleção simplificada (critérios: experiência e formação profissional. tempo médio de experiência e permanência de 4 a 5 anos.
Atributos do ambiente	Localização do setor responsável pelas instituições	6. (+) A equipe é completa. Temos um espaço físico adequado, onde tem sala para atendimento, para equipe técnica, dispõe de material necessário... É uma área de fácil acesso e contamos com um transporte do serviço.	6. (+) Todas essas condições de trabalho citadas acima são atendidas e ajustadas conforme suas demandas e necessidades no âmbito municipal.	7. (+) Sim. A gente inicia o ano e mostra isso e a gente constrói o organograma. A casa de acolhimento tem a coordenação administrativa, a equipe técnica...sabem a hierarquia.	6. (+) As condições de trabalho e espaço físico é o espaço da CEO...é um espaço amplo, grande, com várias casas e a equipe se desloca por conta própria.	6. (+) As condições são muito boas, a gente dispõe de carros, telefone institucional, um espaço climatizado...o deslocamento é complicado que o trânsito é grande, o acesso é bom.

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: ■ Favorável ■ Desfavorável

5.2.3 Análise da influência do contexto sobre o grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na Região Metropolitana do Recife

Para a influência do contexto no GI foram comparados 10 municípios que participaram das duas etapas. Nestes municípios, o GI dos serviços de acolhimento atingiu 88,0%, sendo considerado parcialmente implantado. Os municípios considerados implantados foram: Jaboatão, Cabo, Itamaracá, Ipojuca, Abreu e Lima e Recife. Desses, apenas Itamaracá não apresentou um contexto favorável à implantação.

Nos municípios de Olinda, Igarassu, Paulista e Moreno os serviços foram considerados parcialmente implantados e todos apresentaram um contexto favorável à implantação. Apesar desses municípios possuírem o mesmo GI, apresentaram contextos diferentes quanto às categorias temáticas. Olinda e Igarassu possuem mais categorias temáticas favoráveis à implantação do que os municípios de Moreno e Paulista, se igualando com os municípios considerados implantados.

Os municípios de Paulista e Moreno tiveram o menor GI e também o menor número de categorias de contexto favoráveis à sua implantação. Existe uma incoerência entre o GI no município de Itamaracá, que se apresenta implantado com 100,0% e possui um contexto desfavorável à sua implantação. Isso pode ser explicado pelo fato de o município possuir uma instituição de acolhimento sob gestão de uma ONG; o gestor municipal relata não ter responsabilidade com a instituição por não ser de gestão do município, por isso o contexto do município foi desfavorável à implantação.

Uma categoria temática do contexto que chama a atenção por ser desfavorável em todos os municípios é o “investimento dado para a implantação dos serviços segundo as orientações técnicas”. Apesar dos gestores citarem que existe investimento em relação à estrutura física das casas, algumas dificuldades foram encontradas em 7 instituições da RMR e 5 instituições do Recife: insuficiência na dimensão dos quartos e excesso de crianças e adolescentes por quarto; ausência de sala ou espaço para reuniões. Quanto à estrutura física, a acessibilidade aos banheiros e a adaptação das instituições não são adequadas para receber pessoas com deficiência. Quanto ao deslocamento, 4 instituições da RMR e 6 do Recife não possuíam veículo próprio para o deslocamento da equipe técnica e das crianças e adolescentes.

Outra categoria temática desfavorável em todos os municípios, com exceção de Olinda, foi a relacionada à “permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições”. Essa categoria está diretamente relacionada com a citada anteriormente, por se

tratar do tipo de vínculo empregatício dos profissionais, com uma baixa permanência dos gestores, uma vez que estes vínculos correspondem a cargos temporários (contratos, seleção simplificada, cargos comissionados e terceirizados). Consequentemente, há uma alta rotatividade desses profissionais. As duas categorias citadas como desfavoráveis influenciaram diretamente a avaliação do contexto, de forma negativa.

Vale ressaltar que, na avaliação do GI os recursos humanos foram considerados adequados no Recife, em 88,0% dos serviços de acolhimento, e na RMR, em 63,0% dos serviços. Apesar do contexto ser considerado favorável, foi encontrada também a mesma dificuldade relatada pelos gestores quanto à fragilidade dos vínculos empregatícios e a alta rotatividade dos profissionais.

Apesar dos serviços de Ipojuca, Abreu e Lima, e Itamaracá serem considerados implantados, e Olinda parcialmente implantado, estes municípios apresentaram condições desfavoráveis na categoria “envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições”. Os gestores mostraram conhecimento sobre as políticas de assistência social e de acolhimento, bem como da importância do Plano Municipal de Assistência Social e do Plano Municipal de Acolhimento. Não obstante, foi observada uma falta de vontade política na organização dos Planos.

Os gestores relataram também que existe financiamento tripartite, mas os maiores investimentos são realizados pelos municípios; além disso, os governos federais e estaduais não estão cumprindo os prazos de repasses financeiros como pactuado, ficando o Estado ainda mais ausente que o Governo Federal.

Além dos fatores citados, alguns outros aspectos podem estar contribuindo para que a implantação não seja completa, como desejada. Um deles é a cultura ainda arraigada, nas instituições, na população e mesmo entre os profissionais, de que o acolhimento está diretamente ligado ao menor infrator. A dificuldade das instituições mais antigas no ajuste e reorganização dos serviços de acordo com as normas vigentes constitui um exemplo desse pensar distorcido. O quadro 10 compara o grau de implantação dos serviços de acolhimento e o contexto identificado, além das categorias favoráveis à implantação.

Quadro 10- Análise da influência do contexto no GI dos serviços de acolhimento da Região Metropolitana do Recife.

Unidade de Análise	Grau de implantação		Análise de Contexto	
	%	Classificação	Categorias temáticas favoráveis à implantação	Classificação
Olinda	87,6	Parcialmente Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Jaboatão	91,6	Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, envolvimento dos coordenadores nas ações, coerência do plano com as ações, perfil dos coordenadores, permanência dos coordenadores e outros profissionais, localização do setor responsável.	Favorável
Cabo	90,0	Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, envolvimento dos coordenadores nas ações, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Igarassu	89,0	Parcialmente Implantado	Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, envolvimento dos coordenadores nas ações, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Itamaracá	100,0	Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, perfil dos coordenadores.	Desfavorável
Ipojuca	92,0	Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Abreu e Lima	91,0	Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Paulista	77,0	Parcialmente Implantado	Priorização da violência, envolvimento dos coordenadores nas ações, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Moreno	79,0	Parcialmente Implantado	Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro, priorização da violência, envolvimento dos coordenadores nas ações, coerência do plano com as ações, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Recife	90,8	Implantado	Conhecimento sobre as orientações técnicas, priorização da violência, envolvimento dos coordenadores nas ações, coerência do plano com as ações, formalização do setor responsável, perfil dos coordenadores, localização do setor responsável.	Favorável
Total	88,8	Parcialmente Implantado	_____	Favorável

Fonte: Elaborado pela autora.

6 DISCUSSÃO

6.1 A implantação dos serviços de acolhimento e o contexto político e estrutural

Na análise da implantação dos serviços de acolhimento foi verificada pouca diversidade nas modalidades de serviços nos municípios, quase todos abrigos institucionais e casa-lar. As diferentes modalidades sugeridas nas orientações técnicas têm a finalidade de adequar as necessidades de cada criança e adolescente à situação em que se encontram. Por isso a importância de serem implantados serviços como família acolhedora, república, abrigo, casa-lar (Conselho Nacional de direitos da crianças e do adolescente, 2009).

As modalidades família acolhedora e república não foram encontradas nesse estudo. Seriam modalidades indicadas para o acolhimento de crianças e adolescentes, por se assemelhar à residência, uma vez que eles são acolhidos temporariamente, por uma família previamente cadastrada e selecionada, mas não se configura adoção. As crianças e adolescentes devem retornar o mais breve possível a suas famílias, sejam elas de origem ou substitutas. Apesar de sua importância, é uma modalidade pouco difundida no Brasil, devido à carência de famílias cadastradas. A república também é pouco difundida no Brasil, pois funciona acolhendo os adolescentes dos abrigos, que nunca foram adotados, mas que de lá saíram por atingir a maioridade, sem contudo atingir a independência (DELGADO; CARVALHO; PINTO, 2014; VALENTE, 2012).

Quanto ao perfil dos serviços de acolhimento, a maioria deles têm restrições para acolhimento quanto a idade e sexo, devido à estrutura e limitações dos serviços, o que pode dificultar o acolhimento de grupo de irmãos, em desacordo com a legislação vigente. Essa ainda é a realidade de muitas instituições, mesmo tendo conhecimento da legislação e do tempo da sua publicação, o que foi verificado em outros estudos (ASSIS; FARIAS, 2013; ACIOLI, 2015; Conselho Nacional de direitos da crianças e do adolescente, 2009).

A ausência de condições de adaptação para pessoas com deficiência foi um aspecto observado, não obstante ser obrigação de todas as instituições de acolhimento receber crianças e adolescentes com deficiência. Silva (2017), ao orientar a construção de projetos arquitetônicos para instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, evidenciou que a maioria está instalada em edificações adaptadas ao uso, o que acaba prejudicando a eficiência dos ambientes, que não são projetados para esse fim, não possuem adaptações planejadas para receber pessoas com deficiência.

Quanto aos recursos humanos, apesar de serem considerados implantados na RMR e no Recife foram encontradas fragilidades, tais como: deficiência do número adequado de profissionais e profissionais sem qualificação para o cargo. Questões também observadas por Acioli (2015) e Moreira e Paiva (2015): pouca capacitação; ausência de profissionais de nível superior; inadequação no número de cuidador por criança e adolescente acolhido; vínculos trabalhistas frágeis, com contrato de prestação de serviços; alta rotatividade dos profissionais; regime de trabalho com carga horária excessiva e regime de plantão fora das normas.

A capacitação dos profissionais está prevista na NOB/RH-Suas, nas orientações técnicas para os serviços de acolhimento e foi reforçada na publicação das orientações técnicas para o plano de acolhimento municipal em 2017, reafirmando a importância da educação permanente dos profissionais para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, além de serviços mais humanizados e resolutivos (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005; Conselho Nacional de direitos da crianças e do adolescente, 2017).

Na apreensão do contexto político foi percebido, na categoria “Investimento dado para a implantação dos serviços de acolhimento”, que nenhum município segue as orientações das normas vigentes quanto à seleção dos profissionais. Foram verificados vínculos frágeis, através de contratos temporários, cargos comissionados e terceirização. Os gestores relataram também que, após a crise política e econômica que o Brasil vem enfrentando, o Governo Federal tem investido menos nas políticas sociais, havendo cortes em diversas áreas dentro da PNAS. Além disso, foi observado baixo ou nenhum investimento na educação permanente dos profissionais. Essas fragilidades acabam acarretando dificuldades no funcionamento dos serviços, diminuindo a qualidade dos serviços prestados, uma vez que os profissionais não possuem estabilidade no seu emprego ou na sua função, sendo substituídos a cada gestão política.

O processo seletivo dos profissionais, segundo as orientações técnicas, deve ocorrer de forma criteriosa, com a contratação de pessoal com perfil adequado. Deve-se divulgar a seleção e ter exigências mínimas de compatibilidade e perfil, documentação, avaliação psicológica e social, dentre outras exigências. Foi observado, neste estudo, que o investimento em recursos humanos ocorre de forma contrária ao que é preconizado pela PNAS, que descreve que a gestão do Suas deve garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores e o fim da terceirização. Garantindo também a educação permanente dos trabalhadores, realizando planejamento estratégico, uma gestão participativa com controle

social, alcançando assim a qualidade dos serviços (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2011).

A precarização dos vínculos trabalhistas através de contratos temporários, terceirizações, baixos salários e baixas condições de trabalho, ausência de autonomia, ausência de reconhecimento profissional e falta de condições para execução do trabalho no setor público, acarretam sofrimento e adoecimento aos profissionais (FAERMANN; MELLO, 2016; SANTOS; MANFROI, 2015).

Faermann e Mello (2016) citam sinais e sintomas de adoecimento, em estudo realizado com assistentes sociais trabalhadores do Suas, tais como: ansiedade, aumento de peso, desmotivação, sintomas da síndrome de Burnout, angústia, esgotamento, estafa, conflitos pessoais e familiares, estresse, frustrações, sensação de incapacidade, esgotamento mental, infelicidade, gastrite, crises de enxaqueca e diabetes. O baixo financiamento e recentes cortes financeiros voltados para as políticas sociais brasileiras refletem diretamente na precarização dos serviços ofertados à população (SANTOS; MANFROI, 2015)

Para o alcance da qualidade dos serviços públicos se faz necessário um bom financiamento/investimento nas políticas sociais, para que assim possam melhorar as condições de trabalho dos profissionais do Suas. Cavalcante e Prêdes (2010) analisaram a política social e o mercado de trabalho, concluindo que elas dependem da política econômica do País. Sendo assim, se o país enfrenta uma crise econômica as políticas sociais acabam sendo prejudicadas através de cortes em seu orçamento e isso interfere diretamente na qualidade dos serviços públicos. Por conseguinte, as instituições passam a ter dificuldades para realizar suas atividades, o que pode atrasar a reinserção dessas crianças e adolescentes às suas famílias, além de ir de encontro com as normas preconizadas (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2009).

Também foram verificadas fragilidades relacionadas ao funcionamento das instituições acima de sua capacidade instalada e com superlotação. Essa situação acaba dificultando o estabelecimento de uma rotina e diminuem o vínculo afetivo com os profissionais, além de fortalecer o abrigo como uma instituição total, se distanciando de uma rotina familiar. Segundo Goffman (1987 apud BENELLI, 2014):

A instituição total é um lugar de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos, colocados numa mesma situação, cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida reclusa segundo modalidades explícita e minuciosamente regulamentadas

Essa realidade acaba dificultando o desenvolvimento das crianças e adolescentes e o retorno a suas famílias, visto que, para o seu desenvolvimento, são necessárias as atividades e interações do cotidiano e essa participação é diretamente influenciada pelos indivíduos e pelo contexto. É fundamental que a instituição disponha de profissionais presentes diariamente, e por um longo período de tempo, formando um vínculo com essa população, cumprindo seu papel de referências mais próximas das crianças e adolescentes (ASSIS; FARIAS, 2013; ACIOLI, 2015; BRONFENBRENNER, 2001).

Para que o vínculo com esta população não seja quebrado, os gestores devem garantir a estabilidade dos trabalhadores, ou seja: que o trabalho tenha continuidade e com um vínculo de confiança duradouro. Os serviços públicos devem também contratar e manter um quadro de pessoal qualificado academicamente, de profissões regulamentadas por Lei (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

A educação permanente dos gestores e profissionais do Suas se faz necessário, para que estejam sempre atualizados e qualificados. O conhecimento da gestão sobre a legislação vigente e todo o fluxo de funcionamento das instituições e da PNAS é de essencial importância para a melhoria da qualidade dos serviços institucionais, pois é a partir desse conhecimento que os gestores terão base para a tomada de decisão e planejamento das ações (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

Foi considerada favorável a categoria “Conhecimento sobre as orientações técnicas para o serviço de acolhimento para crianças e adolescentes”. A maioria dos gestores dos municípios teve contato com a política social e demonstrou amplo conhecimento sobre as normas e percepção da importância dos PIAs (Plano Individual de Atendimento) como instrumentos de acompanhamento das crianças e adolescentes. O acompanhamento do PIA deve ser realizado pela gestão, pois é um instrumento que pode ser utilizado para coletar dados que subsidiem a realização do monitoramento e avaliação das ações e dos serviços prestados, contribuindo para o diálogo constante entre a equipe técnica e a gestão (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011; CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2018).

Para que haja a implantação dos serviços de acolhimento e as ações ocorram de acordo com o que foi planejado os gestores precisam conhecer e acompanhar os recursos empregados. A categoria “Conhecimento e acompanhamento do recurso financeiro disponível para as ações das instituições de acolhimento” foi considerada como um elemento do contexto favorável. Os gestores mostraram amplo conhecimento sobre a forma de financiamento tripartite e o acompanhamento dos recursos financeiros.

Sendo assim, o financiamento das instituições deve ocorrer de forma tripartite, repassada na modalidade "fundo a fundo" através do Fundo Nacional de Assistência Social, para os fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal, ou pelo Fundo Estadual de Assistência aos Fundos Municipais. Esse repasse deve ser feito de forma regular e automática, de modo que os gestores disponham dos recursos que foram pactuados nas Comissões Intergestoras (CIB e CIT) e deliberados nos Conselhos de Assistência Social, para que possam cumprir a programação de ações e serviços (BRASIL. Presidência da República, 1993).

O conhecimento, acompanhamento e monitorização dos recursos financeiros das instituições de acolhimento por parte dos gestores é fundamental, tanto para planejar as ações como para avaliar se os recursos foram empregados de forma a satisfazer os objetivos. Foi verificado também que a população não participa do controle social relacionado ao acompanhamento dos recursos financeiros no Suas. A proposta de controle social na PNAS busca a inserção da participação popular na gestão da política de assistência e também a inclusão do usuário como sujeito deste processo (BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004).

Silva et al. (2008) observaram a participação da sociedade civil e dos gestores e conselheiros no controle das ações da política de assistência, porém relataram uma atuação persuasiva ou coercitiva por parte de alguns gestores em relação aos conselhos.

Além do conhecimento dos recursos financeiros, é preciso que os gestores empreguem esses recursos na "Priorização da violência enquanto problema de saúde pública". Essa categoria foi considerada favorável e é importante ser discutida. Para que se priorize a violência é necessário que os gestores tenham conhecimento sobre os principais motivos de acolhimento, pois é a partir desses dados que podem planejar todo o fluxo de seguimento e direcionamento dessas crianças e adolescentes. Além disso, podem trabalhar junto com a atenção básica e de média complexidade no enfrentamento e prevenção das violências sofridas por essa população.

Existe também a possibilidade de coleta de dados relativos à violência contra crianças e adolescentes em outros ambientes, como o Conselho Tutelar, delegacias, hospitais, Sistema de Informação de Violência e Saúde, entre outros. A busca ativa desses dados em outros locais de captação dos casos ocorridos nessa população é importante, pois estudos mostram que existem subnotificações dos casos de violência contra crianças e adolescentes. Como ocorreu em um estudo realizado no norte do Brasil, constatando um maior registro do número de casos de violência sexual na Polícia Militar do que no Conselho Tutelar, o que acaba

fragilizando todo o fluxo de atendimento (CARVALHO, 2007; COSTA, 2007; MIRANDA et al., 2014). Por isso a importância da coleta dos dados epidemiológicos em vários locais de entrada das crianças e adolescentes vítimas de violência, uma vez que não existe um sistema de informação unificado que capture esses dados.

Alguns gestores não conheciam os dados epidemiológicos relacionados à violência contra crianças e adolescentes. Com o propósito de ampliar seus conceitos e usos para a assistência social, Rizzotti e Silva (2013) consideram que a Epidemiologia é parte integrante e essencial para a vigilância, um elemento impulsionador da necessária articulação entre a leitura socioterritorial e as funções protetivas previstas na operação da política em questão, sendo necessária a construção de uma vigilância socioassistencial para melhor monitoramento dos casos de violência.

Assim, fica evidenciada a importância de um sistema de vigilância socioassistencial que utilize múltiplos pontos de coleta de dados, com o objetivo de monitorar e prevenir, de modo que a violência contra essa população não chegue ao seu último estágio e necessite do acolhimento, evitando com isso que ocorra a destituição do poder familiar.

Todas as ações de planejamento socioassistencial citadas devem estar contidas no Plano Municipal de Acolhimento que, por sua vez, deve ser coerente com o Plano Municipal de Assistência Social. Sendo assim, foi verificado o contexto favorável em relação ao “Envolvimento dos coordenadores nas ações das instituições de acolhimento”, através da verificação dos municípios quanto ao Plano de Acolhimento e se os gestores participam de sua construção, além disso, se há “Coerência dos planos com as ações das instituições”.

A construção do Plano de Assistência Social deve ser de responsabilidade do Município, Estado e Distrito Federal e, após a construção, o respectivo Conselho de Assistência Social deve aprovar o texto final. Para sua construção é necessário uma mobilização dos atores envolvidos, por parte da gestão, além da implementação de metodologias diferentes para a construção do plano (BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009).

O município de Itamaracá possui uma instituição de acolhimento para criança e adolescente sob gestão de uma ONG. O município relata que não tem acolhimento próprio sob gestão do município e assim não acompanha as ações que a ONG realiza. Itamaracá encaminha as crianças e adolescentes do seu município para outro município e assim acompanha o PIA.

A partir do reordenamento e organização da rede de acolhimento institucional os gestores são responsáveis por todos os serviços, em seus respectivos municípios. “A

coordenação do processo de reordenamento/implantação de serviços de acolhimento é de responsabilidade do órgão gestor da Assistência Social, que deve atuar em parceria com os demais atores da rede local” (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2017, p. 7).

Os gestores devem acompanhar a rede de serviços, de preferência com uma equipe técnica de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A supervisão dos serviços de acolhimento precisa ser realizada de forma sistemática, e incorporada pelo órgão gestor. O documento delega aos gestores a responsabilidade de supervisão e acompanhamento, tanto dos serviços de execução direta pelo município quanto dos serviços sob gestão de rede não governamental conveniada ou não. Ainda, devem ser feitos acertos para viabilizar, pelo órgão gestor da PNAS, a coordenação, o apoio, o financiamento e o monitoramento do processo de reordenamento dos serviços de acolhimento da rede não governamental (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2017, p. 7).

Dessa forma, Itamaracá possui um contexto político desfavorável à implantação dos serviços de acolhimento, visto que o município não se responsabiliza pela instituição que nele está alocada, e não foi percebido interesse por parte da gestão em integrá-la na rede.

Quanto ao contexto estrutural, foi analisado através das categorias: Coerência dos planos com as ações das instituições de acolhimento, que foi discutida junto com a categoria anterior, para facilitar a discussão; Formalização do setor responsável pelas instituições; Perfil dos coordenadores das instituições; Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições; Localização do setor responsável pelas instituições de acolhimento e condições de trabalho.

Quanto à categoria “Formalização do setor responsável pelas instituições”, foi verificado que a maioria dos gestores tem conhecimento dos atributos organizacionais. É importante que os gestores e a equipe técnica conheçam a organização hierárquica das instituições, além do organograma da instituição e das atribuições da secretaria, pois é a partir desse conhecimento que se organiza todo o fluxo de atendimento e encaminhamento das crianças e adolescentes, além do correto direcionamento de cada situação/problemática existente através da rede de serviços.

Esse fluxo de atendimento deve ser organizado pela rede de atenção socioassistencial e interligado com as demais políticas públicas e com os órgãos de defesa de direitos. Redes são formas de organização e articulação baseadas na cooperação entre organizações que se conhecem e se reconhecem. É uma articulação política entre os serviços, organizada de modo a respeitar a autonomia dos setores envolvidos, o dinamismo do fluxo de trabalho e das

informações. Assim, para se caracterizar uma rede integrada de atenção às pessoas em situação de violência é necessário que se estabeleçam vínculos formalizados entre diversos setores (BRASIL. Presidência da República, 2011; OLIVEIRA, 2001)

Spink e Ramos (2016) afirmam que ainda existem desafios a ser enfrentados na construção de uma rede socioassistencial integrada, pois boa parte dos serviços são ofertados por instituições sem fins lucrativos, as quais devem seguir todas as normas e legislação vigente no Suas; porém ainda existe uma certa resistência de ambas as partes (gestores municipais e ONGs) em se integrar em uma rede de serviços.

Quanto ao “Perfil dos coordenadores das instituições”, foi considerado favorável e observado que todos os gestores possuem nível superior e a maioria tem experiência na área de assistência social e acolhimento. É importante avaliar essa categoria, uma vez que os coordenadores/gestores são os responsáveis pelas tomadas de decisões e por toda a organização das instituições. As orientações técnicas para os serviços de acolhimento norteiam as instituições quanto às exigências mínimas para o cargo de coordenação/gestão das instituições, devendo esses profissionais possuir curso superior e experiência em função congênere ou na área, amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.

Alguns fatores que comprometem a qualidade dos serviços foram citados pelos gestores, como alguns profissionais que ainda seguem costumes e hábitos antigos, não se adaptando à reformulação das normas e às novas orientações para os serviços de acolhimento. Lehfeld e Silva (2014) observaram essa mesma dificuldade nos serviços de acolhimento, alguns profissionais que se limitam a utilizar valores morais particulares, as vivências frustradas de trabalho se sobrepondo às diretrizes que deveriam nortear suas práticas.

Foram avaliados também, no contexto estrutural, as categorias “Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições” e “Localização dos setores responsáveis pelas instituições”. A primeira categoria foi considerada desfavorável, uma vez que os vínculos dos profissionais das instituições de acolhimento não são por concursos públicos, sendo assim substituídos a cada gestão política.

A NOB/RH-Suas e a PNAS preconizam que os profissionais do Suas e principalmente dos serviços de acolhimento sejam concursados, para que se evite vínculos frágeis e precários, além da troca constante dos profissionais. Apesar de ser consenso que o concurso público é a forma mais confiável de seleção e que traz estabilidade para os profissionais, alguns autores discordam que seja a melhor forma de seleção.

Para Silva et al. (2008), a realização de concursos públicos por si só não resolveria os problemas enfrentados com os recursos humanos no Suas, uma vez que esse tipo de seleção não garante a aprovação de candidatos aptos à função. Os autores defendem que o terceiro setor se apresenta mais eficaz enquanto forma de recrutamento, mas que necessitaria de maior apoio do Estado quanto aos recursos financeiros e valorização do trabalho.

Dessa maneira, os gestores municipais devem analisar qual a melhor forma de seleção profissional de modo que seja respeitada a legislação vigente e, ao mesmo tempo, consiga captar profissionais qualificados e com um perfil voltado para o cargo pretendido, fortalecendo o vínculo empregatício e melhorando a qualidade dos serviços prestados.

Ainda na categoria “Localização do setor responsável pelas instituições”, foi considerada um bom ambiente de trabalho e espaço físico adequado. O ambiente de trabalho dos gestores depende do porte e organização dos municípios. Alguns municípios possuem uma divisão de gestão de baixa, média e alta complexidade e uma subdivisão da alta complexidade por instituições de acolhimento. É o caso do município de Recife, que possui um gerente especial de alta complexidade para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. E outros municípios, que possuem apenas um gerente de alta complexidade.

Apesar das instituições apresentarem um espaço físico mínimo exigido pelas normas vigentes, foram encontradas situações extremas: instituições com um espaço físico muito bom, mas com áreas de lazer que não condiziam com a realidade das crianças e adolescentes acolhidos e isso pode acabar dificultando o retorno às suas famílias.

De acordo com as orientações técnicas, as instituições devem ofertar um ambiente calmo, aconchegante, e com uma boa ambiência, tentando minimizar o desconforto por estarem fora de seus lares. As orientações técnicas também abordam essas situações de inadequação do espaço e orientam as instituições a evitar essas áreas; algumas casas são alugadas e já possuem piscinas, por exemplo, a orientação é que seja coberta por areia e utilizada para outros fins (Conselho Nacional de direitos da crianças e do adolescente, 2009).

Por isso, o sucesso de um bom acolhimento e retorno das crianças e adolescentes para sua residência depende de vários fatores; algumas crianças passam um período maior do que o esperado, por isso se faz necessário ter um contexto favorável ao seu desenvolvimento (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2009; BRONFENBRENNER, 2001).

Todos os gestores relataram um bom ambiente de trabalho com adequadas instalações. O espaço físico adequado e uma boa localização dos serviços de acolhimento e do ambiente de trabalho dos gestores são características essenciais para o desenvolvimento do trabalho e

planejamento da gestão (CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE, 2009)

Também foi encontrada uma outra realidade: instituições de grande porte que, apesar de se apresentar como casas-lares, ainda estão arraigadas aos modelos antigos. Dispõem do espaço físico mínimo exigido (avaliado como adequado), contudo, os móveis e outros materiais da casa se encontram em péssimo estado de conservação, sem nenhuma ambiência. Quando questionados, os gestores relataram que se tratava de uma instituição que depende de doações para manter suas atividades.

6.2 Análise da influência do contexto sobre o grau de implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na Região Metropolitana do Recife

Para Dennis e Champagne (1997), o GI sofre influência direta do contexto no qual está inserido. Dessa forma, o contexto pode influenciar de forma favorável ou não a implantação dos serviços.

Na análise da relação entre o GI e o contexto político e estrutural observou-se que o município de Itamaracá foi considerado implantado, porém devido a um contexto diferente, ou seja, o município possui uma instituição de acolhimento sob gestão de uma ONG, e o gestor municipal relata não ter responsabilidade com a instituição, por não ser de gestão do município. Por isso o contexto do município foi desfavorável à implantação.

Apesar da maioria das categorias se apresentarem de forma favorável, alguns fatores contextuais influenciaram a implantação dos serviços de acolhimento de forma negativa: 1) Baixo suporte dado à intervenção: houve pouco ou nenhum investimento para a implantação dos serviços de acolhimento, principalmente relacionado aos recursos humanos; 2) Incoerência entre as ações realizadas e a falta de planejamento no Plano de Assistência Social e Plano de Acolhimento; apesar do conhecimento e discussão das ações, não entrava para o relatório de gestão, nem era atualizado; 3) Baixa participação social: conhecimento e acompanhamento de recursos financeiros, apesar do conhecimento das fontes de financiamento, os gestores acompanhavam a utilização dos recursos de forma incipiente.

Quanto ao baixo suporte dado à intervenção: houve pouco ou nenhum investimento para a implantação dos serviços de acolhimento, principalmente relacionado aos recursos humanos, o que pode ser evidenciado através de duas categorias consideradas desfavoráveis em todos os municípios. Uma referente ao “Investimento dado para implantação dos serviços

de acolhimento” no contexto político, e a outra referente à “Permanência dos coordenadores e outros profissionais das instituições”, dentro do contexto estrutural.

Quanto a essas categorias, foi observado a baixa permanência dos gestores, coordenadores e outros profissionais devido ao seu vínculo empregatício, além de pouco investimento na implantação dos serviços voltados para a qualificação dos recursos humanos, que pode ser considerado importante questão influenciadora da implantação parcial verificada neste estudo. Na área da saúde, alguns autores discutem o atual cenário da gestão, que também pode ser aplicado no caso em questão, evidenciando que a falta de estabilidade dos gestores é uma característica que, na maioria das vezes, desfavorece o desempenho de qualidade na gestão (FREESE; CESSÉ, 2004). A falta de estabilidade dos gestores dificultou a implantação de uma intervenção, assim como influi na fragilidade da política de Recursos Humanos, elevando a rotatividade de profissionais, que também foi condicionante de problemas na implantação (ALVES et al., 2010; FERREIRA; SILVA, 2005).

Outro fator que influenciou de forma desfavorável foi a incoerência entre as ações realizadas e a falta de planejamento através do Plano de Assistência Social e do Plano de Acolhimento. Apesar do conhecimento e discussão das ações, os relatórios de gestão são incipientes e os Planos construídos pouco atualizados, ou seja, foi percebido pouco investimento na organização dos Planos.

Por último, a baixa participação social também influenciou o GI. Não obstante ter conhecimento sobre as fontes de financiamento os gestores acompanhavam a utilização dos recursos de forma incipiente ou não acompanhavam. Assim, desconheciam o emprego dos recursos financeiros nas ações. Abath (2014) constatou que a falta de envolvimento dos gestores com as ações das instituições contribuiu para um contexto desfavorável à implantação do VIVA contínuo. A autora defende a importância da discussão de temas e participação dos gestores para que haja envolvimento com a intervenção e eles passem de fato a defender a sua implantação.

Sampaio et al. (2011) e Abath (2014) evidenciaram que, mesmo municípios com recursos financeiros suficientes para realizar as intervenções, se não houver envolvimento com o projeto ou até mesmo a ausência dele, além da falta de priorização da gestão nas ações, a intervenção poderá não ter sucesso.

Além dos fatores citados, alguns outros podem contribuir para que a implantação não seja completa ou como desejada. Um deles é a cultura de institucionalização ainda arraigada nos serviços, na população e nos profissionais, de um acolhimento ligado ao menor

infrator;outro é a dificuldade das instituições mais antigas no ajuste e reorganização dos serviços de acordo com as normas vigentes.

Para Dennis e Champagne (1997),a implantação de uma intervenção pode se revelar difícil, principalmente se ela exigir modificações importantes nas práticas habituais dos agentes de implantação.

Assim, esta pesquisa buscou abordar a implantação dos serviços o mais próximo possível da realidade de cada município e da região. Contudo, algumas dificuldades metodológicas próprias do estudo foram percebidas no decorrer da pesquisa.

Apesar do estudo de casos múltiplos permitir a comparação dos resultados com outros casos, não foram encontrados, na literatura, outros estudos que permitissem essa comparação. A discussão dos resultados se deu através das categorias temáticas e artigos que abordavam as questões discutidas. Quanto ao GI, quando analisado em seu total acabava elevando o percentual para mais, podendo mascarar os resultados; por isso foi também analisado por dimensão: recursos humanos, estrutura física e atividade, em seu total e separadamente.

Houve dificuldades também quanto ao agendamento das entrevistas para coleta dos dados, que pode ser atribuída ao peso político dos cargos de gestão e sua fragilidade quanto ao vínculo empregatício. Algumas questões não foram informadas durante a entrevista com os gestores, ou por não ter conhecimento do assunto que estava sendo abordado, ou por não entender a pergunta. Mesmo ocorrendo com poucas entrevistas, isso acabou influenciando o julgamento do contexto para desfavorável, em algumas situações.

7 CONCLUSÕES

O estudo evidenciou que, apesar da maioria dos serviços de acolhimento serem considerados implantados, ainda existem muitas dificuldades que precisam ser enfrentadas para a sua efetiva implantação, tanto em Recife quanto nos outros municípios da RMR.

Verificou-se que o GI se distribuiu de forma homogênea em todos os municípios, ficando os municípios de Olinda, Igarassu, Paulista e Moreno com o GI parcialmente implantado e Jaboatão, Cabo, Itamaracá, Ipojuca, Abreu e Lima e Recife implantados. Nenhum município teve o GI não implantado. Em relação ao contexto organizacional político e contingente, apenas um município foi considerado desfavorável. Os outros municípios foram considerados favoráveis à implantação, mas com variações. Os menos favoráveis foram Paulista e Moreno, e os mais favoráveis Jaboatão e Cabo.

Os fatores contextuais que influenciaram a implantação dos serviços de acolhimento de forma negativa foram: 1) Baixo suporte dado à intervenção: houve pouco ou nenhum investimento para a implantação dos serviços de acolhimento, principalmente relacionado aos recursos humanos; 2) Incoerência entre as ações realizadas e a falta de planejamento através do Plano de Assistência Social e o Plano de Acolhimento; apesar do conhecimento e discussão das ações, não entrava para o relatório de gestão; 3) Baixa participação social: conhecimento e acompanhamento de recursos financeiros; apesar do conhecimento das fontes de financiamento, os gestores acompanhavam a utilização dos recursos de forma discreta.

O estudo evidenciou a situação dos serviços de acolhimento, identificando os elementos que contribuem para a sua adequada implantação e os que necessitam ser desenvolvidos para concluir e potencializar a implantação desses serviços. Dentre as variáveis mais frágeis, por exemplo, o contexto político ficou evidente, com sua influência no processo e manutenção dos serviços.

8 RECOMENDAÇÕES

Para o fortalecimento da implantação dos serviços de acolhimento na RMR e efetivação da PNAS, tendo por base esta pesquisa avaliativa, recomenda-se:

- a) Melhorar a estrutura física das instituições de acolhimento, no que se refere à adaptação para pessoas com deficiência, aumento do número de serviços de acolhimento, visto que muitos estão funcionando com o número de crianças acima do que é preconizado;
- b) Investimento para a implantação dos serviços de acolhimento, principalmente no que se refere aos recursos humanos: 1) Fortalecimento do vínculo empregatício através do cumprimento da legislação vigente na realização de concursos públicos, podendo aprimorar a seleção com exigências voltadas às necessidades do cargo; 2) Realização de educação permanente para os profissionais, buscando mantê-los atualizados e ampliar seus conhecimentos;
- c) Criação de um sistema unificado para cadastro das crianças e adolescentes, com prontuário eletrônico contendo todas as informações das crianças e adolescentes, interligado a outros órgãos de entrada dessa população (delegacias, Conselho Tutelar, hospitais e serviços de saúde). Na ausência desse sistema,, buscar dados epidemiológicos e possíveis casos em outras unidades locais como unidades de saúde, Conselho Tutelar, delegacias, afim de formar um banco de dados para análise e acompanhamento dos casos. Podendo utilizar esses dados para o planejamento de ações voltadas para a prevenção de novos casos, organização de fluxo de assistência e análise de como esses casos se manifestam através do estudo de suas características;
- d) Estimular maior comprometimento dos gestores dos municípios com a implantação dos serviços de acolhimento através da assinatura do termo de aceite para a organização da rede e reordenamento das instituições, além da construção do Plano de Acolhimento. Inserção das ONGs nas redes de assistência social, definindo seu papel e articulando as ações junto ao município;
- e) Estimular a participação dos gestores no controle social e ações de incentivo junto à população para a participação no controle de gastos públicos, além das ações realizadas;
- f) Integrar os serviços de acolhimento à rede de proteção integral nas áreas da saúde, segurança, educação dentre outras;

- g) Realizar avaliações sistemáticas nos serviços, como uma rotina da secretaria social, com entrega de relatórios.

REFERÊNCIAS

- ABATH, M. B. **Avaliação da implantação do componente contínuo do sistema de vigilância de violências e acidentes no Recife, Pernambuco.** 2014. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2014.
- ACIOLI, R. M. L. **Adolescentes em situação de acolhimento: avaliação institucional, característica sociodemográfica na cidade do Recife, 2009-2013.** 2015. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.
- ALVES, C. K. A et al. Análise da implantação de um programa com vistas à institucionalização da avaliação em uma Secretaria Estadual de Saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.**, Recife, v.10, supl.1, p.145-156, 2010.
- ALMEIDA, A. C. S. **Proteção social pública no âmbito da política de assistência social: uma análise sobre as seguranças sociais.** Pelotas: UFRS, 2011.
- ASSIS, S. G.; FARIAS, L.O.P. **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento.** São Paulo:Hucitec, 2013.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENELLI, S. J. Goffman e as instituições totais em análise. In: _____. **A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas.** São Paulo: UNESP, 2014. p.23-62.
- BRANDÃO, S. A.; WILLIAMS, L. C. A. O abrigo como fator de risco ou proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 22, n.3, p.334-352, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Curso de Atualização para a Elaboração de Planos de Assistência Social.** Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações para a elaboração do Plano Acolhimento da rede de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens.** Brasília, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) de crianças e adolescentes em acolhimento.** Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica (NOB/Suas).** Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH/SUAS: Anotada e Comentada**. Brasília, dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de Instruções para Utilização Do Prontuário SUAS**. Brasília, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011**. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília, DF, 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res046612122012.html>>. Acesso em: 20 jan. de 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 1.2010, de 3 de agosto de 2009**. Dispõe sobre adoção. Altera as Leis n.8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n.10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**: Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. 3. ed. atual. Brasília: Câmara, 2016.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. PNAS/2004. Brasília, 2005.

BRITO, C.; ROSA, E. M.; TRINDADE, Z. A. O processo de reinserção familiar sob a ótica das equipes técnicas das instituições de acolhimento. **Temas psicologia.**, Ribeirão Preto, v. 22, n.2, p. 401-413, 2014.

BRONFENBRENNER, U. The bioecological theory of human development. **International encyclopedia of the social and behavioral sciences**, New York, v. 10, p. 6963-6970, 2001.

BROUSSELLE, A. et al. **Avaliação: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

CARVALHO, A. C. R. Maus-tratos: estudo através da perspectiva da delegacia de proteção à criança e ao adolescente. **Ciência e Saúde Coletiva.**, Rio de Janeiro, 2007.

CASSIOLATO, M.; GUERESI, S. **Como elaborar Modelo Lógico**: roteiro para formular programas e organizar avaliação. Brasília, 2010.

CAVALCANTE, G. M. M. PRÉDES, R. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Libertas.**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 1 - 24, 2010.

COSTA, M. C. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência e Saúde Coletiva.**, Rio de Janeiro, v.12, n.5, p.1129-1141, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). **Orientações técnicas:** serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res046612122012.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DELGADO, P.; CARVALHO, J.; PINTO, V. S. Crescer em família: a permanência no Acolhimento Familiar. **Pedagogia social.**, Revista interuniversitaria, Valência, n. 23, p. 6-28, 2014.

DELVAN, J. S.; BECKER, A. P. S.; BRAUN, K. Fatores de Risco no Desenvolvimento de Crianças e a Resiliência: um estudo teórico. **Revista de Psicologia da IMED.**, Passo Fundo, v. 2, n. 1, p. 349-357, mar. 2011.

DENIS, J. L.; CHAMPAGNE, F. Análise da implantação. In: HARTZ, Z. M. de A. (Org.). **Avaliação em saúde:** dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997. p. 49-88.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano. In: DESSEN, M. A.; COSTA Jr., Á. L. (Org.). **A ciência do desenvolvimento humano:** tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005. p.113-131.

DIAS, E. M.; SILVA, E. M; LEITE, T. M. C. O trabalho da enfermeira em um serviço de acolhimento institucional. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras.**, Rio de Janeiro, v.14, n.2, p. 138-147, 2014.

FACO, V. M. G. **Famílias de zona rural e urbana:** características e concepções de adolescentes. 2007. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.

FAERMANN, L. A; MELLO, C. C. V. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Texto e Contexto.**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 96 - 113, 2016.

FERREIRA, F. P. M. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 142-168, 2014.

FERREIRA, V. S. C.; VIEIRA-DA-SILVA, L. M. **Intersetorialidade em saúde:** um estudo de caso. Rio de Janeiro:Fiocruz, 2005.

FRESE, E.; CESSÉ, E. A.; MACHADO, H. O. P. **O desenho da pesquisa os contextos municipais.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2004.

GONZALES, A.; DELL'AGLIO, D.D. **Adolescentes Em Acolhimento Institucional: Convivência Familiar E Comunitária.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia Porto Alegre, 2011.

IANNELLI, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciência e saúde coletiva.**, Rio de Janeiro, v. 20, n.1, p.39-48, 2015.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2010:** Uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2010.

IPEA. **Levantamento nacional de abrigos para crianças e adolescentes da rede SAC.** Brasília, 2003.

LEHFELD, N. A. S.; SILVA, T. R. Família e Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes: Desafios na superação de conflitos e na humanização do atendimento nas medidas de proteção. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. **Anais...** Londrina:Universidade Estadual de Londrina, 2014.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas psicologia.**, Ribeirão Preto, v.13, n.2, p. 91-103, 2005.

MALFITANO, A. P. S.; SILVA, T. V. Abrigo como medida de proteção para crianças e adolescentes: um levantamento bibliográfico PÓS-ECA. **Revista Terapia Ocupacional.**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 94-100, 2014.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiologia e Serviços de Saúde.**, Brasília, v.18, n.4, p.315-334, 2009.

MIRANDA, M. I. F. et.al. Violência sexual contra crianças e adolescentes em um município da Região Norte. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 96-104, 2014.

MOREIRA, T. A. S.; PAIVA, I. L. Atuação Do Psicólogo Nos Serviços De Acolhimento Institucional De Crianças E Adolescentes. **Psicologia em Estudo.**, Maringá, v. 20, n. 3 p. 507-517, 2015.

NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** New York, 1989.

OLIVIERA, C. S.; DELZIOVO, C. R.; LACERDA, J. T. **Redes de atenção à violência.** Florianópolis: UFSC, 2014.

OLIVEIRA, F. **Redes:** o desafio da democratização dos saberes e poderes, limites e possibilidades. Minas Gerais: Conselho Estadual da Mulher, 2001.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça. **Mapa situacional dos serviços de acolhimento do Estado de Pernambuco.** Recife, 2010.

POLAND, B.; FROHLICH, K. L.; CARGO, M. Context as a fundamental dimension of health promotion program evaluation. In: POTVIN, L.; MCQUEEN, D. **Health promotion evaluation practices in the Americas: values and research**. New York: Springer, 2009. p. 299-317.

PIACENTINI, P. Novas regras para adoção: avanço ou retrocesso?. **Ciência e Cultura.**, São Paulo, v.69, n. 1, p.11-12, 2017.

QUININO, L. R. M.; BARBOSA, C. S.; SAMICO, I. O programa de controle da esquistossomose em dois municípios da zona da mata de Pernambuco: uma análise de implantação. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil.**, Recife, v.10, supl.1, p.119-129, 2010.

RIZZOTTI, M. L. A.; SILVA, T. G. M. A vigilância social na política de assistência social: uma aproximação conceitual. **Serviço Social Revista.**, Londrina, v. 15, n.2, p. 130-151, 2013.

SAMPAIO, J. et al. Avaliação da capacidade de governo de uma secretaria estadual de saúde para o monitoramento e avaliação da Atenção Básica: lições relevantes. **Ciência e saúde coletiva.**, Rio de Janeiro, v.16, n.1, p.279-290, 2011.

SANTOS, M. T.; MANFROI, V. M. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 36, p. 178-196, 2015.

SILVA, V. R. et al. Controle social no Sistema Único de Assistência Social: propostas, concepções e desafios. **Revista Texto e Contexto.**, Porto Alegre, v. 7 n. 2 p. 250-265, 2008.

SILVA, I. F. **Instituições de acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social:** abrigo institucional para crianças e adolescentes de 0 a 6 anos de idade. Juiz de Fora, 2017.

SILVA, M. L.; ARPINI, D. M. A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar. **Psicologia e estudo.**, Maringá, vol.18, n.1, p.125-135, 2013.

SIQUEIRA, A. C.; DELL'AGLIO, D. D. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psicologia Teoria e Pesquisa.**, Brasília, v.26, n.3, p. 407-415, 2010.

SOUZA, F. H. O.; BRITO, L. M. T. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clinica.**, Rio de Janeiro, v. 27, n.1, p. 41-57, 2015.

SPINK, P. K.; RAMOS, A. M. F. Rede Socioassistencial do SUAS: configurações e desafios. **O Sociedade em Questão.**, Vitória, n. 36, p. 285-310, 2016.

VALENTE J. Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. **Serviço e Sociedade.**, São Paulo, v.111, p.576-598, 2012.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA DO CONTEXTO POLÍTICO E ESTRUTURAL

Município: _____

Informante: _____

Cargo: _____ tempo de permanência no cargo: _____

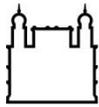
Data da entrevista: _____ Telefone: _____

- 1) Qual a sua formação profissional? Possui alguma experiência anterior com na área de proteção social?
- 2) Como soube do conteúdo da Política de Assistência Social e a Política Nacional da Criança e do Adolescente? O Sr.(a) dispõe do documento? Em que situações usa?
- 3) Quais as equipes existentes nas unidades de acolhimento? Qual o principal vínculo empregatício da(s) equipe(s) técnica(s) (nível superior)? Equipe de apoio (cozinheira, educador/cuidador...)?
- 4) Qual o principal vínculo empregatício dos outros profissionais?
- 5) Como se dá a escolha ou critério de seleção desses profissionais? Qual o tempo médio de permanência?
- 6) Quais são as suas condições de trabalho no que diz respeito ao espaço físico, deslocamento e equipe técnica?
- 7) Qual a organização hierárquica das instituições de acolhimento do município? A equipe técnica conhece o organograma da instituição/secretaria?
- 8) Quais são as referências normativas que norteiam os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes?

- 9) O município elabora o Plano Municipal de Acolhimento? Se sim, qual a periodicidade para atualização? De que forma a equipe de alta complexidade contribui para construção do plano?
- 10) Caso não, as ações de alta complexidade estão contempladas no Plano Municipal de assistência?
- 11) Quais os principais motivos do acolhimento institucional no município?
- 12) Quais são as ações que o município realiza para o enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente?
- 13) Os dados epidemiológicos são usados no relatório de gestão? De que forma?
- 14) Qual o uso que os gestores fazem dos dados epidemiológicos sobre violência contra crianças e adolescentes?
- 15) Existe diálogo entre os níveis de atenção (baixa e a média complexidade)? Como ocorre?
- 16) Como se dá o processo de articulação entre os gerentes e as unidades? Existe articulação entre instituições ONG e governamentais? Exemplifique.
- 17) Como a gestão faz o acompanhamento da utilização dos PIAS? São atualizados e impressos? Onde estão armazenados?
- 18) Houve investimento para a implantação dos serviços de acolhimento? Investimento em recursos humanos, estrutura física?

19) O senhor (a) tem conhecimento e faz acompanhamento dos recursos financeiros disponíveis para o funcionamento da instituição?

20) Quais são as fontes de financiamento?



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Convidamos O Sr.(A) Para Participar, Como Voluntário(A) Da Pesquisa Intitulada Como: ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE-PE. Que tem como um dos seus objetivos Avaliar a implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na Região Metropolitana do Recife-PE, entre 2016 e 2018. Esta pesquisa está sob a responsabilidade da pesquisadora Aline Gouveia de Oliveira, sob a orientação de Maria Luiza Carvalho de Lima. O endereço para contato é no Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, que está localizado na Av. Professor Moraes rego, s/n- Campus da UFPE- Cidade Universitária, Recife/PE- Brasil, CEP: 50.670-420 telefone para contato: (081) 993054441 ou pelo e-mail: aline.gouveia52@hotmail.com. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é a sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida quanto aos aspectos éticos você pode procurar o Comitê de Ética do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães- Fiocruz.

Informações sobre a pesquisa:

No que diz respeito aos riscos, considera-se que a avaliação oferece risco mínimo associado ao possível constrangimento gerado durante o processo de avaliação do formulário, que será minimizado ao se oferecer privacidade ao participante. Comprometendo-se ainda, em assegurar o sigilo e a privacidade das informações obtidas durante a avaliação, a qual não ocasionará nenhum risco físico. Como benefício direto espera-se que as informações obtidas tragam subsídios para retratar a realidade de como se encontra a estrutura e o processo de trabalho dos abrigos da Região Metropolitana do Recife.

O participante no processo tem a liberdade de se recusar a participar da entrevista ou solicitar novos esclarecimentos ou retirar seu consentimento nesta fase da validação. No caso dos coordenadores das instituições a participação será através de uma entrevista registrada no instrumento no momento da coleta. Os supervisores participarão de um questionário com a entrevista gravada para posterior transcrição dos dados. Os formulários avaliados serão armazenados por um período de cinco anos na pasta de artigo da pesquisadora principal no endereço acima citado.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____,
RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Avaliação da Implantação dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, na Região Metropolitana do Recife-PE". Que tem como um dos seus objetivos Avaliar a implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, no período de 2015 a 2018 na Região Metropolitana do Recife-PE. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Aline Gouveia de Oliveira sobre o processo de avaliação e os procedimentos nele envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Fui-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Recife, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do participante

**ANEXO A- QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COORDENADORES DAS
INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO CRIADO PELA PESQUISADORA ACIOLI,
2015**

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHÃES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA
LEVES – LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM VIOLÊNCIA E SAÚDE**

Estimado coordenador ou responsável pelo abrigo,

Este questionário apresenta algumas questões extraídas do documento Organização Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Criança e Adolescentes (BRASIL 2009), que foram transformadas questões que foram e servirão de indicadores de avaliação das instituições de acolhimento da cidade do Recife. Venho através deste convite gentilmente convocar a sua participação voluntária do projeto de pesquisa intitulado como: Avaliação Da Implantação Dos Serviços De Acolhimento Para Crianças E Adolescentes, Na Região Metropolitana Do Recife-PE. O seu objetivo geral será: Avaliar a implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, no período de 2016 e 2017 na Região Metropolitana do Recife-PE.

Tendo como pesquisadora desta dissertação a aluna de mestrado Aline Gouveia de Oliveira do Programa de Pós- Graduação em Saúde Pública, do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães/ FIOCRUZ. O questionário é **anônimo , ou seja não precisa colocar o nome**. Desta forma, você estará protegido e ninguém vai saber que pessoa respondeu cada questionário. Todos os questionários serão guardados pelo pesquisadores, e ninguém do abrigo terá acesso a eles. Ressaltamos que a sua participação é muito importante para a avaliação do diagnóstico dos adolescentes abrigados na cidade do Recife.

Também é importante lembrar que no questionário não existem respostas certas ou erradas, por isso a sua sinceridade é que vale na hora de responder. As perguntas são sempre individuais e dizem respeito a instituição de forma geral. Leia com atenção cada pergunta e suas opções de resposta. **Não deixe de responder a nenhuma questão. Em cada questão, assinale apenas uma alternativa** que considere a mais apropriada para você.

Lembramos que você não é obrigado a participar da pesquisa e não será prejudicado por isso. No entanto, gostaríamos muito de contar com a sua colaboração. Caso não queira participar, por favor, deixe o seu questionário em branco. Agradeço a sua participação!

Por favor, informe:

Nome do abrigo:

Instrumento de Avaliação dos Serviços de Acolhimento da cidade do Recife

Instituição de abrigamento() Casa-lar ()

Nome da instituição: _____

Data:_____/_____/_____

Tipo de Administração: () Estatal () Municipal () Instituição Filantrópica

Coordenador:_____

Observação: onde estiver a sigla CL responder apenas para casa-lar.*I Recursos humanos**

1. Apresenta **1 coordenador** por serviço com formação de nível superior e com amplo conhecimento da rede de proteção a criança e adolescente ?

Sim () Não ()

- **CL 1.1** Um (1) profissional coordenador de nível superior para o atendimento de até 20 crianças e adolescentes em 3 casas-lares. Sim () Não ()

2. A equipe técnica apresenta 2 profissionais com nível superior para atendimento de até 20 crianças e adolescentes com carga horária de 30 horas semanais? Sim () Não ()

3. Apresenta 1 educador/cuidador de nível médio ou com capacitação específica para até 10 usuários por turno? Sim () Não ()

- **CL 3.1** Apresenta 1 educador/cuidador de nível médio ou com capacitação específica para até 10 usuários por turno que trabalha e reside na casa-lar. Sim () Não ()

Se possui usuário que demande atenção específica (com deficiência, necessidade específica de saúde ou idade inferior a 1 ano) qual a quantidade de cuidador por usuário?

4. Apresenta 1 auxiliar de educador/cuidador de nível fundamental ou capacitação específica para até 10 usuários por turno? Sim () Não ()

II Atividades**O Coordenador desenvolve as seguintes atividades?**

5. Gestão da entidade. Sim () Não ()

6. Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço. Sim () Não ()

7. Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos. Sim () Não ()

8. Articulação com a rede de serviços. Sim () Não ()

9. Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. Sim () Não ()

A equipe técnica desenvolve as seguintes atividades?

10. Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço. Sim () Não ()

11. Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas e integração familiar. Sim () Não ()

12. Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários. Sim () Não ()

13. Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários. Sim () Não ()

14. Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores. Sim () Não ()

15. Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do **SGD** das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias. Sim () Não ()

16. Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas Famílias, na forma de prontuário individual. Sim () Não ()

17. Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; Sim () Não ()

18. Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador (a)/educadora(a) de referência); Sim () Não ()

19. Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.
Sim () Não ()

O educador/cuidador desenvolve as seguintes atividades?

20. Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção. Sim () Não ()

- **CL 20.1** Organização da rotina doméstica e do espaço residencial Sim () Não ()

21. Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente). Sim () Não ()

- **CL 21.1** Relação afetiva personalizada e individual com cada criança e/ou adolescente
Sim () Não ()

22. Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade. Sim () Não ()

- **CL 22.1** Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e adolescente, de modo a preservar sua história de vida. Sim () Não ()

23. Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida. Sim () Não ()

24. Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento. Sim () Não ()

25. Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior. Sim () Não ()

O auxiliar de educador/cuidador desenvolve as seguintes atividades?

26. Apoio às funções do cuidador. Sim () Não ()

27. Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, dentre outros). Sim () Não ()

II – Infraestrutura Quartos

28. Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas /berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada. (armários, guarda-roupa, etc.). Sim () Não ()

- **CL 28.1** Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto. Sim () Não ()
- **CL 28.2** Quarto para educador/cuidador residente com metragem suficiente pra acomodar cama (de solteiro ou de casal), mobiliário para guarda de pertences pessoais. Sim () Não ()

29. Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade. Sim () Não ()

30. Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
Sim () Não ()

Sala de Estar ou similar

31. Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Abrigo para 15 crianças /adolescentes e 2 cuidadores/educadores:17,0 m²Abrigo para 20 crianças /adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m² . Sim () Não ()

31.1 Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex. casa-lar para 10 crianças/adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 12,0 m².

Sala de jantar /Copa

32. Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Sim () Não ()

Ambiente para estudo

33. Apresenta espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura. Sim () Não ()

Banheiro

34. Apresenta 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis)crianças e adolescentes.
Sim () Não ()

35. Apresenta 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários. Sim () Não ()

36. Apresenta pelo menos um dos banheiros adaptado para pessoas com deficiência. Sim () Não ()

Cozinha

37. Apresenta cozinha com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores. Sim () Não ()

Área de Serviço

38. Apresenta espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento. Sim () Não ()

Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc)

39. Apresenta espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. Sim () Não ()

40. São utilizados equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. Sim () Não ()

Sala para equipe técnica

41. Apresenta espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc). Sim () Não ()

42. O espaço funciona em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes. Sim () Não ()

Sala de coordenação /atividades administrativas

43. Apresenta espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). Sim () Não ()

44. Apresenta área reservada para guarda prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo. Sim () Não ()

Sala / espaço para reuniões

45. Apresenta espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem. Sim () Não ()

46. Apresenta infra-estruturar no abrigo institucional que ofereça acessibilidade para atendimento de pessoas com deficiências. Sim () Não ()

47. Disponibiliza meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos. Sim () Não ()

Muito obrigado pela sua participação!

Se você quiser esclarecer dúvidas quanto às questões abordadas no questionário. O número do nosso telefone é (81) LEVES 2101.7827 ou da pesquisadora (81) 993054441.

**ANEXO B- MODELO LÓGICO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO DA CIDADE
DO RECIFE, PERNAMBUCO – 2013**

Quadro 1 - Modelo lógico dos serviços de acolhimento da cidade do Recife, Pernambuco – 2013

RECURSOS	COMPONENTES	ATIVIDADES	RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS	RESULTADOS FINAIS	
<p>RECURSOS HUMANOS</p> <p>1coordenador - nível superior e amplo conhecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente.</p> <p>2profissionais com nível superior para até 20 usuários - 30 horas semanais.</p> <p>1educador/cuidador - nível médio ou capacitação específica para até 10 usuários por turno.</p> <p>1auxiliar de educador/cuidador - nível fundamental ou capacitação específica para até 10 usuários por turno.</p> <p>INFRAESTRUTURA</p> <p>Sala de coordenação/atividades administrativas separada da área da moradia com espaço e mobiliário suficiente.</p> <p>Sala para equipe técnica - com espaço e mobiliário suficiente e em espaço específico para área administrativa, separada da área de moradia.</p> <p>Área para guardar prontuários em condições de segurança e sigilo.</p> <p>Sala de estar ou similar com espaço suficiente para acomodar o número de usuários, 1m² por ocupante.</p> <p>Sala de jantar/copa com 1m² para cada ocupante, entre usuários e equipe.</p> <p>Cozinha com espaço para acomodar utensílios e mobiliário suficiente.</p> <p>Espaço para acomodar utensílios e equipamentos, objetos e produtos de limpeza.</p> <p>Ambiente de estudo em espaço específico e suficiente.</p> <p>Quarto espaço para acomodar camas/ berços e guarda dos pertences pessoais (4 usuários ou até 6 por quarto). Metragem de 2,25 m² por ocupante (se for o ambiente de estudos fica 3,25 m²).</p> <p>1lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 usuários.</p> <p>1lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para os funcionários.</p> <p>Apresenta infraestrutura que ofereça acessibilidade para atendimento de pessoas com deficiência.</p> <p>Pelo menos um dos banheiros adaptado para pessoa com deficiência.</p> <p>Área externa (varanda, quintal, jardim, etc) apresenta espaço que possibilite o convívio e brincadeiras.</p> <p>1veículo para cada 20 crianças ou adolescente</p>	<p>Gestão do Trabalho</p>	<p>Coordenador - desenvolve atividades de gestão da entidade.</p>	<p>Esgotamento de todos os recursos de manutenção da família de origem.</p> <p>Integração em família substituta, quando não é possível a manutenção na família de origem.</p>	<p>Desenvolvimento pleno da criança ou adolescente.</p> <p>Sucesso do desfecho do acolhimento.</p>	
		<p>Coordenador e equipe - Organiza a seleção/contratação e supervisão dos trabalhos.</p>			<p>Coordenador e equipe - elaboração do projeto político-pedagógico do serviço.</p>
		<p>Equipe - capacitação e acompanhamento os cuidadores/ educadores e demais funcionários. Organização das informações das crianças/ adolescentes e famílias, na forma de portuários individuais.</p>			
	<p>Articulação Intersetorial</p>	<p>Coordenador - articulação com o Sistema de Garantia de Direitos e com a rede de serviços.</p>	<p>Equipe - encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento dos usuários e famílias.</p>		<p>Não-desmembramento de grupos de irmãos.</p> <p>Atendimento personalizado em pequenos grupos.</p>
		<p>Equipe - elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente.</p>	<p>Equipe - acompanhamento psicossocial dos usuários e das suas famílias. Mediação, em parceria com o educador/cuidador, do processo de aproximação/fortalecimento/construção de vínculo com a família de origem ou adotiva.</p>		<p>Preservação de vínculos familiares.</p> <p>Criação de vínculo afetivo entre cuidador/educador e criança/adolescente acolhido.</p>
		<p>Equipe - elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente.</p>	<p>Educador/cuidador e equipe - Preparação da criança/adolescente para desligamento, com apoio profissional de nível superior.</p>		<p>Evitar a transferência para outros serviços de acolhimento.</p>
	<p>Garantia e Preservação dos Direitos da Criança ou Adolescente Acolhido</p>	<p>Educador/cuidador - desenvolve atividades de cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção. Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano.</p>	<p>Educador/cuidador - auxilia a criança/adolescente a lidar com história de vida, autoestima e construção de identidade. Organização de fotografias individuais, de modo a preservar sua história de vida.</p>		<p>Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação.</p>
		<p>Educador/cuidador - organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento).</p>	<p>Auxiliar de educador/cuidador - apoio às funções do cuidador. Cuidados com a moradia (organização/limpeza do ambiente e preparação dos alimentos, etc).</p>		<p>Participação na vida comunitária local.</p>
		<p>Equipe - apoio aos cuidadores e demais funcionários.</p>			<p>Preparação gradativa para o desligamento.</p>
		<p>Manutenção e Valorização da Infraestrutura Física e Recursos Humanos</p>			

**ANEXO D- CRITÉRIOS DA NORMA TÉCNICA UTILIZADA EM RELAÇÃO A
AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS ABRIGOS**

Coordenador	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere ✓ Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 profissional para cada serviço
Principais Atividades Desenvolvidas	<p>Gestão da entidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço ✓ Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dostrabalhos desenvolvidos ✓ Articulação com a rede de serviços ✓ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos
Equipe Técnica	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação Mínima: Nível superior ✓ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes ✓ Carga horária mínima indicada: 30 horas semanais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; ✓ Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; ✓ Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; ✓ Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; ✓ Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; ✓ Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; ✓ Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; ✓ Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. Quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção; ✓ Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); ✓ Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

Educador/cuidador	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação Mínima: Nível médio e capacitação específica ✓ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 profissional para até 10 usuários, por turno ✓ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: <ul style="list-style-type: none"> a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; ✓ Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); ✓ Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da auto-estima e construção da identidade; ✓ Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; ✓ Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
Auxiliar de educador/cuidador	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Auxiliar de Educador/cuidador ✓ Formação mínima: Nível fundamental e capacitação específica ✓ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 profissional para até 10 usuários, por turno ✓ Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de acolher em um mesmo ambiente crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação ✓ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio às funções do cuidador ✓ Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente preparação dos alimentos, dentre outros)
Infra-estrutura e espaços mínimos sugeridos	
Cômodo	Características
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). ✓ Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto, excepcionalmente, até 6 por quarto, quando esta for a única alternativa para manter o serviço em residência inserida na comunidade. ✓ Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos

	seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m ² para cada ocupante.
Sala de Estar ou Similar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. ✓ Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Abrigo para 15 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 17,0 m² ✓ Abrigo para 20 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 22,0 m²
Sala de jantar / Copa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores. ✓ Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) ✓ Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para Estudo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes ✓ 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os funcionários ✓ Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. ✓ Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários. ✓ Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão buscar, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
Sala para equipe técnica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc) ✓ Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala de coordenação / atividades administrativas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). ✓ Deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recomenda-se que este espaço funcione em localização específica para a área administrativa / técnica da instituição, separada da área de moradia das crianças e adolescentes.
Sala/espço para reuniões	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço e mobiliário suficiente para realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.
<p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Toda infra-estrutura do abrigo institucional deverá oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências. ✓ Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos. 	

Fonte: Brasil, 2009a.

**ANEXO E-CRITÉRIOS DA NORMA TÉCNICA UTILIZADA EM RELAÇÃO A
AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DOS CASA-LAR**

Coordenador	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere ✓ Experiência na área e amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região
Quantidade	✓ 1 profissional para atendimento a até 20 crianças e adolescentes em 3 casas-lares
Principais Atividades Desenvolvidas	<p>Gestão da entidade</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, do projeto político-pedagógico do serviço ✓ Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dostrabalhos desenvolvidos ✓ Articulação com a rede de serviços ✓ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos
Equipe Técnica	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação Mínima: Nível superior ✓ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes ✓ Carga horária mínima indicada: 30 horas semanais
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elaboração, em conjunto com o/a coordenador(a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço; ✓ Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; ✓ Apoio na seleção dos cuidadores/educadores e demais funcionários; ✓ Capacitação e acompanhamento dos cuidadores/educadores e demais funcionários; ✓ Apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos educadores/cuidadores; ✓ Encaminhamento, discussão e planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do SGD das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; ✓ Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias, na forma de prontuário individual; ✓ Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. Quando esgotados os

	<p>recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preparação, da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador(a)/educadora(a) de referência); ✓ Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. ✓ Acompanhamento da família de origem no período pós reintegração familiar
Educador/cuidador residente	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação Mínima: Nível médio e capacitação específica ✓ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes ✓ Trabalha e reside na casa-lar
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 profissional para até 10 usuários ✓ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (com deficiência, com necessidades específicas de saúde ou idade inferior a um ano. Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: <ul style="list-style-type: none"> a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Organização da rotina doméstica e do espaço residencial ✓ Cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; ✓ Organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); ✓ Relação afetiva personalizada e individualizada com cada criança e/ou adolescente; ✓ Auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; ✓ Organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e adolescente, de modo a preservar sua história de vida ✓ Acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano. Quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior deverá também participar deste acompanhamento; ✓ Apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior.
Auxiliar de educador/cuidado residente	
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não reside na casa-lar ✓ Formação mínima: Nível fundamental e capacitação específica ✓ Desejável experiência em atendimento a crianças e adolescentes
Quantidade	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 1 profissional para até 10 usuários, por turno ✓ Para preservar seu caráter de proteção e tendo em vista o fato de

	<p>acolher em um mesmo ambiente crianças e adolescentes com os mais diferentes históricos, faixa etária e gênero, faz-se necessário que o abrigo mantenha uma equipe noturna acordada e atenta à movimentação</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica, adotando-se a mesma relação do educador/cuidador residente
Principais Atividades Desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio às funções do educador/cuidador residente ✓ Cuidados com a moradia (organização e limpeza do ambiente, preparação dos alimentos, dentre outros)
Infra-estrutura e espaços mínimos sugeridos	
Cômodo	Características
Quartos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Cada quarto deverá ter dimensão suficiente para acomodar as camas / berços / beliches dos usuários e para a guarda dos pertences pessoais de cada criança e adolescente de forma individualizada (armários, guarda-roupa, etc.). ✓ Nº recomendado de crianças/adolescentes por quarto: até 4 por quarto ✓ Metragem sugerida: 2,25 m² para cada ocupante. Caso o ambiente de estudos seja organizado no próprio quarto, a dimensão dos mesmos deverá ser aumentada para 3,25 m² para cada ocupante.
Quarto para educador/cuidador residente	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com metragem suficiente para acomodar cama (de solteiro ou de casal), e mobiliário para guarda de pertences pessoais.
Sala de Estar ou Similar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da casa-lar e os cuidadores/educadores ✓ Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante. Ex: Casa-lar para 10 crianças / adolescentes e 2 cuidadores/educadores: 12,0 m²
Sala de jantar / Copa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes da Casa-lar e dos cuidadores/educadores. ✓ Pode tratar-se de um cômodo independente, ou estar anexado a outro cômodo (p. ex. à sala de estar ou à cozinha) ✓ Metragem sugerida: 1,00 m² para cada ocupante.
Ambiente para Estudo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Poderá haver espaço específico para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outros ambientes (quarto, copa) por meio de espaço suficiente e mobiliário adequado, quando o número de usuários não inviabilizar a realização de atividade de estudo/leitura.
Banheiro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deve haver 1 lavatório, 1 vaso sanitário e 1 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes ✓ 1 lavatório, 1 vaso sanitário e um chuveiro para os educadores/cuidadores ✓ Pelo menos um dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com deficiência.
Cozinha	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendidos pelo equipamento e os cuidadores/educadores.
Área de Serviço	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o

	cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.
Área externa (Varanda, quintal, jardim, etc)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão socioeconômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos. ✓ Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.
Espaços deverão funcionar fora da casa-lar, em área específica para atividades técnico-administrativas	
Cômodo	✓ Características
Sala para equipe técnica	✓ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc)
Sala de coordenação / atividades administrativas	✓ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil / financeira, documental, logística, etc.). O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.
Sala/espço para reuniões	✓ Com espaço e mobiliário suficiente para realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.
Observações: <ul style="list-style-type: none"> ✓ A infra-estrutura da casa-lar deverá oferecer acessibilidade para o atendimento de pessoas com deficiências. ✓ Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços, na razão de um veículo para cada 20 crianças ou adolescentes acolhidos. 	

Fonte: Brasil, 2009a.

ANEXO F- COMITÊ DE ÉTICA



Título do Projeto: "Avaliação da implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na região metropolitana do Recife-PE".

Pesquisador responsável: Aline Gouveia de Oliveira

Instituição onde será realizado o projeto: CPqAM/Fiocruz

Data de apresentação ao CEP: 17/06/2016

Registro no CAAE: 57110316.8.0000.5190

Número do Parecer PlatBr: 1.734.253

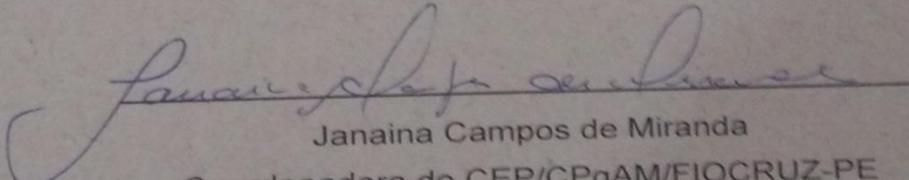
PARECER

O Comitê avaliou e considera que os procedimentos metodológicos do Projeto em questão estão condizentes com a conduta ética que deve nortear pesquisas envolvendo seres humanos, de acordo com o Código de Ética, Resolução CNS 466/12, e complementares.

O projeto está aprovado para ser realizado em sua última formatação apresentada ao CEP.

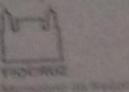
O CEP/CPqAM reforça a necessidade de entrega de relatórios parcial e final, em cumprimento a resolução 466/12, capítulo XI, artigo 2d.

Recife, 28 de outubro de 2016.


Janaina Campos de Miranda
Coordenadora do CEP/CPqAM/FIOCRUZ-PE

Janaina Campos de Miranda
Pesquisadora em Saúde Pública
Coordenadora
Mat. SIAPE 484777
CEP / CPqAM / FIOCRUZ

Campus da UFPE - Av. Moraes Rego, s/n
CEP 50.670-420 Fone: (81) 2101.2639
Fax: (81) 3453.1911 | 2101.2639
Recife - PE - Brasil
comitedeetica@cpqam.fiocruz.br



ANEXO G-CARTA DE ANUÊNCIA



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO COORDENADORIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Aline Gouveia de Oliveira, a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulada “avaliação da implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes na região metropolitana do Recife-PE”, que está sob a coordenação/orientação da professora cujo objetivo é “avaliar a implantação dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, segundo a estrutura o processo e o contexto, no período de 2015 e 2016 na Região Metropolitana do Recife-PE”, nos serviços de acolhimento da RMR.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisada aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em 16 / Junho / 2016.

Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Rua João Fernandes Vieira, nº405, Boa Vista, Recife – Pernambuco.

Fone: (81) 3181.5937 – CEP 50050-215

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Coordenador da Infância e Juventude
Tribunal de Justiça de Pernambuco